

Relatório final do Debate temático

## ***Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na Cidade de Lisboa***

Assembleia Municipal de Lisboa

8ª Comissão Permanente Março de 2018

# Índice

<b>Relatório 1ª Sessão realizada em 5 de Dezembro 2017</b>	<b>Pgs</b>
○ I. Nota introdutória	4
○ II. Debate	6
○ II.I Audições	8
○ II.II Intervenções do Público	27
○ III. Intervenção dos Grupos Municipais	29
○ IV. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS	42
○ V. CONCLUSÕES	42
○ VI. RECOMENDAÇÕES DOS RELATORES	43
 <b>Relatório 2ª Sessão realizada em 12 de Dezembro 2017</b>	 <b>44</b>
○ I. ORADORES CONVIDADOS	44
○ II. ENTIDADES E PERSONALIDADES CONVIDADAS	51
○ III. INTERVENÇÕES DO PÚBLICO	54
○ IV. GRUPOS MUNICIPAIS e DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES	56
○ V. OPINIÃO DAS RELATORAS	60
○ VI. CONCLUSÕES	63

## **8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança**

### **Debate Temático**

### ***“Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na Cidade de Lisboa”***



### **1.ª Sessão – “Segurança da Vida Nocturna em Lisboa”**

**5 de Dezembro de 2017**

## **I. Nota introdutória:**

O debate proposto pelo PPD/PSD visava uma reflexão que conduzisse a uma nova abordagem das questões relacionadas com a segurança nocturna na cidade de Lisboa, nomeadamente no que concerne os aspectos perturbadores da segurança e da qualidade de vida dos habitantes da cidade, contribuindo para a definição de medidas que conduzam à sua resolução e prevenção.

É consabido que Lisboa é, comprovadamente, uma das cidades mais seguras da Europa, o que lhe confere uma mais-valia do ponto de vista turístico. Os turistas esperam de Lisboa paz, segurança e harmonia, o mesmo que esperam aqueles que habitam a cidade de Lisboa.

A compreensão da segurança implica uma tripla conceção indissociável, do direito fundamental individual, da garantia para o exercício de outros direitos e liberdades individuais e, não menos importante, o de dever primacial do Estado.

A cidade de Lisboa tem vindo a promover mecanismos de ordenamento do território e organização estratégica e regulamentar para promover uma adequada integração das várias vivências de uma metrópole que se quer vibrante e dinâmica.

O reforço da capacitação operacional poderá responder, eficazmente, às crescentes exigências de segurança e defesa da integridade física dos cidadãos, desde que, na sua actuação, articule com a sensibilidade e discrição, que a questão exige, o respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos com a, necessária, responsabilização e fiscalização.

A qualidade de vida dos cidadãos mede-se pelo sucesso dessas medidas, nomeadamente através da validação do seu impacto nos ritmos diurnos e nocturnos da cidade.

No passado recente, têm vindo a ocorrer um conjunto de manifestações que demonstram a necessidade de promover uma revisão dos modelos de gestão de cidade, sobretudo quanto aos espaços públicos e de diversão nocturna.

Estas manifestações, foram obviamente despoletadas pelos acontecimentos ocorridos nas últimas semanas durante o período nocturno, e mais especificamente a morte por esfaqueamento e um espancamento no espaço público, que agitaram consciências e levantaram vozes a exigir soluções.

Não podemos ignorar que, não obstante existir uma forte pressão pública para uma rápida resolução de problemas pontuais através de medidas reactivas aos acontecimentos, a maioria dos lisboetas reconhecem que estas medidas pontuais e avulsas não conduzem a uma resolução duradoura e sustentável do problema de fundo.

São disso exemplo questões relacionadas com o ruído, a segurança e o bem-estar, tanto dos que retiram da noite de Lisboa a oportunidade de diversão, como dos que pretendem, apenas, um momento de descanso.

É pedra angular deste Debate dar a todos, que de forma directa ou indirecta são afectados por este problema, a oportunidade de expressar anseios e preocupações, assim como, apresentar propostas. Desta interacção directa espera-se que, resulte um documento de trabalho que sirva de base para a definição de medidas de longo prazo que promovam a melhoria da Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na cidade de Lisboa.

## II. Do Debate:

### **4.ª Reunião da Assembleia Municipal – 3.ª Sessão Extraordinária**

#### **1.ª Sessão do Debate Temático "Segurança da Vida Nocturna em Lisboa"**

**5 de Dezembro de 2017**

No dia 5 de Dezembro de 2017, realizou-se a primeira sessão do Debate Temático sobre “*Segurança da vida nocturna em Lisboa*”, em cumprimento da deliberação da AML sobre a Proposta 001/PSD/2017, ao abrigo do disposto no artigo 39.º do Regimento (de acordo com o formato e programa em anexo à convocatória).

Com as seguintes premissas: ponto de situação, comportamentos de risco, vulnerabilidades, mecanismos e acções de prevenção.

Na 1.ª parte, a Presidente da AML apresentou a temática desta sessão, os oradores convidados que falaram sobre a segurança na cidade de Lisboa, a abordagem do problema e os seus vários pontos de vista, os relatores designados, explicou a metodologia do Debate e os tempos de intervenção de cada um dos intervenientes. Fez, ainda, menção aos relatórios das sessões que seriam analisados, posteriormente, pela 8.ª Comissão Permanente, com vista à elaboração de propostas de deliberação política com medidas promotoras da segurança da vida nocturna da cidade de Lisboa, qualidade da vida nocturna e da actividade de lazer nocturno.

Na 2.ª parte decorreram as intervenções dos oradores convidados.

Na 3.ª parte decorreram as intervenções do público presente e dos deputados municipais.

O debate foi moderado pela Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Arquitecta *Helena Roseta*.

Foram indicados como relatores, pelo PSD o Exmo. Senhor Deputado Municipal *Francisco Domingues* e pelo CDS-PP a Exma. Senhora Deputada Municipal *Maria Luisa Aldim*.

Mais, participaram do debate, na qualidade de oradores convidados:

- a) *Gonçalo Riscado*, em representação da Direcção da Associação Cais do Sodré;**
- b) *Paulo Flor*, Subintendente, em representação do Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública;**

- c) ***Paulo Caldas***, Superintendente, em representação da Polícia Municipal de Lisboa;
- d) ***Rogério Alves***, em representação da Associação de Empresas de Segurança;
- e) ***Luís Paisana***, em representação de Moradores do Bairro Alto;
- f) ***Américo Nave***, em representação da Associação Crescer na Maior;
- g) ***José Gouveia***, em representação da Associação das Discotecas;
- h) ***Pedro Vieira***, em representação da E-Cultura;
- i) ***José Manuel Esteves***, em representação da AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal;
- j) ***Vigília de Ascensão Lopes***, em representação da Associação de Moradores “A Voz do Bairro”;
- k) ***Ludovico Franco***, em representação da Associação dos Directores de Segurança de Portugal;
- l) ***Raquel Simão***, em representação da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;
- m) ***Rui Martins***, em representação do Movimento Vizinhos do Areeiro;
- n) ***Luís Alves de Sousa***, em representação da Associação de Hotéis de Portugal.

## II.I) Das Audições:

### **II.I.I Gonçalo Riscado, em representação da Direcção da Associação Cais do Sodré:**

Ainda que estivesse em representação da Associação frisou que falava em nome pessoal, referindo a importância desta temática, que considerou angustiante para quem trabalha com projectos que envolvem o entretenimento nocturno, o universo das actividades de entretenimento nocturno, na medida em que é visto “*como um todo*” que importava conter e regular apenas para não contaminar outros territórios, algo estranho e difícil de explicar, pois sempre foi, e é, um território de fruição de liberdade, procurado e habitado de diferentes formas e com diferente regularidade por quase todos.

Declarou que é consensual a importância económica deste sector, sendo cada vez mais aceite e reconhecida a sua importância no sector cultural e criativo, mas, de alguma forma, a importância social do direito ao lazer, aqui associada a actividades de entretenimento nocturno, continua a ser um tema pouco explorado que, nos remete para o direito ao excesso.

Mencionou que é uma responsabilidade de todos proteger esse direito e, consequentemente, as pessoas que, num determinado momento, usufruem dele, através de medidas de controlo e informação sobre os excessos que, contribuam para que os mesmos não se transformem em vício, garantindo a sua segurança com o mesmo respeito e empenho que seriam colocados em qualquer outra situação.

Reportando-se à segurança na noite, sublinhou que não pretende de forma nenhuma defender a protecção de malfeitores, *hooligans*, assaltantes e vendedores de droga, que de acordo com as estatísticas e o diálogo com as forças de segurança, não é uma realidade muito relevante, ainda que no terreno a percepção seja outra em resultado de notícias que correm como o negócio instalado da venda de louro prensado e tudo o que circula à volta dele ou casos recentes dos *hooligans* do clube de futebol Basileia que, geram, obviamente, um sentimento de insegurança muito forte. A responsabilidade de detecção e resolução destes problemas de segurança é da Polícia.

Relativamente à segurança que é devida a quem está inseguro e pode causar insegurança a terceiros, entende que esta devia ser a principal função da segurança privada em espaços nocturnos, porque ao proteger estas pessoas estarão a evitar o surgimento de conflitos e confrontos desnecessários. A figura do segurança privado em espaços nocturnos deve, em sua opinião, ser a profissão mais mal visto e desrespeitada, estejam ou não a fazer de forma competente o seu trabalho, sendo uma profissão de risco e de grande responsabilidade, devendo por isso ser valorizada.

Partilhou que tem contacto directo com estes profissionais e que um na sua opinião um mau profissional pode tornar-se e, muitas vezes, já o é à partida, uma pessoa violenta e perigosa, o que pode ter consequências, potencialmente graves, na segurança pública e obviamente na imagem da sua profissão.



Deixou algumas sugestões, referindo a necessidade premente de mais policiamento. Rebateu o argumento de que não existem recursos, afirmando entender que existe uma desproporção da afectação dos recursos existentes. Deu como exemplo, a afectação de recursos aplicados na segurança de uma actividade de entretenimento, como um jogo de futebol e o entretenimento nocturno.

Disse ainda, no campo das sugestões que queria apresentar, que quanto à gestão dos recursos das forças policiais, entende que podiam ser melhor organizadas, e a quantidade de agentes e de pessoas que estão ao serviço de fiscalização parece-lhe, nos tempos que correm, em que plataformas podem facilmente identificar o que é que falta em qualquer estabelecimento, não seja necessário que tanta gente esteja *“no terreno”* a repetir a mesma função.

Outra recomendação que vai no seguimento da anterior, para obviar a falta de recursos, é a colaboração clara e directa entre a segurança privada e as forças de segurança, primeiro ao nível da formação, depois ao nível, por exemplo, do registo de entrada ao serviço, como ocorre com a apresentação dos guardas-nocturnos, que poderia também ser realizado numa esquadra policial da área onde entra ao serviço (com o seu cartão e/ou o seu código), para que ficasse a informação: *“Eu entrei ao serviço num determinado sítio, estou disponível, estou em contacto, posso alertar para situações”*, quer fosse através de comunicação via rádio, telefone, SMS ou *Whatsaap* entre a segurança privada e as forças policiais. O reforço na exigência da formação contínua para os profissionais de segurança privada, entende que deve ser orientada para esta função que mencionou anteriormente, proteger quem está alterado e pode cometer um excesso. Pensa que se deveriam discutir-se também os critérios, um pouco mais apertados, de atribuição do cartão profissional e, inclusive para os casos dos maus funcionários, os modelos de suspensão preventiva, dado que existem processos que considera que deveriam ser mais céleres.

Há um tema que considerou importante debater, dizendo que até há uns 10 anos, 11 anos atrás, era possível um estabelecimento contratar directamente segurança, e hoje em dia isso não pode ser feito, porque tem que ser feito através de empresas. Na teoria, percebe essa necessidade, mas na prática entende que se está a desresponsabilizar, de alguma maneira, os estabelecimentos, que poderiam e deveriam ser mais responsáveis, achando de igual forma que o tipo de formação que se verifica deveria ser repensada.

Falou também da pouca tecnologia ao serviço da segurança, referindo que mesmo nunca tendo sido um grande defensor da videovigilância, por causa dos direitos e das liberdades das pessoas, hoje em dia em que partilhamos tudo e com toda a gente, acha que era uma ferramenta muito importante que deveria ser instalada onde ainda não o foi. Referiu, ter conhecimento que a Câmara Municipal de Lisboa já estudou outras ferramentas como, por exemplo, sensores de ruído ligados a pedidos de ajuda e de pânico, tendo dito que concordava com esta medida, considerando que a tecnologia ao serviço da segurança devia ser um investimento da Câmara Municipal de Lisboa.

Terminou, afirmando que também têm responsabilidade na formação das suas equipas, para acompanhar e responder às situações que mencionou.

### **II.I.II Subintendente Paulo Flor, do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP:**

Começou por dizer que já teve oportunidade de avaliar com o Gonçalo Riscado muitas das questões que o mesmo levantou, e que está sensibilizado para elas e consciente de que não as fez por defeito, nem por excesso.

Achou importante começar por explicar que o COMETLIS é o Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública, que cobre a área desde Cascais a Vila Franca de Xira, desde o Rio Tejo até Torres Vedras. Nesta área existem várias Divisões, sendo o Subintendente Paulo Flor Comandante da 1.ª Divisão, que é responsável pelo policiamento de quatro freguesias.

De seguida enumerou as freguesias incluídas na Divisão que comanda (Misericórdia, Arroios, Santa Maria Maior e Santo António), frisando que era sobre essas que ia falar. Disse que não ia falar em termos policiais, porque achava que tal não seria conveniente. Disse que têm a consciência que representa uma casa que é fardada, e está aqui identificada, que não se esconde, que está na rua e, portanto, como também faz questão de dizer a todos os seus agentes, chefes e oficiais, é apenas mais um polícia que está na rua, sendo nessa qualidade de polícia que estava presente no Debate. Referiu que a 1.ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa faz uma gestão diária e criteriosa das várias ocorrências, em termos policiais, tendo de saber priorizar as situações.

Disse que a sua Divisão é quase Nova Iorque, a cidade que não dorme. Durante o dia existe a baixa de Lisboa cheia de turistas, que vai até à Alfama, Castelo, Mouraria e Santa Apolónia. Durante a noite existe o Bairro Alto, o Príncipe Real e o Cais do Sodré, onde se dá continuidade a esta vida.

Referiu que, paralelamente, a baixa de Lisboa é também palco dos mais variados eventos e o local para materializar alguns dos principais motivos de festa das nossas entidades e autoridades. Para fazer face a estas actividades, a 1.ª Divisão tem cerca de 400 polícias que asseguram o policiamento de todos estes eventos das quatro freguesias já referidas.

Continuou, dizendo que independentemente de ser polícia, é pai, é marido, e tem filhos na escola, e por isso tem os mesmos problemas que qualquer cidadão tem e, naturalmente, não ficaria confortável se à porta da sua casa ocorressem situações de tráfico de droga, situações de consumo de droga, situações de ruído e, portanto, tem essa consciência e é o primeiro a assumir que esse claramente também é o seu papel em termos de intervenção no domínio da ordem pública, e é nesse domínio que tem que priorizar aquilo que é premente. Se durante o dia é premente dar uma presença mais eficaz na baixa de Lisboa e em toda aquela que é a dinâmica de vida da baixa de Lisboa, durante a noite esse balanceamento do policiamento é feito para as zonas de diversão nocturna.

Considera que situações como aquelas que ocorreram com a claque da equipa do Basileia, demonstram que por muito que se balanceiem os meios policiais, recursos humanos e materiais, para algumas zonas da cidade de Lisboa, meios que são finitos, há a necessidade de fazer a devida afectação, e muitas vezes a PSP não é tão célere quanto aquilo que todos nós enquanto cidadãos gostaríamos, considerando que num ambiente de emergência, um segundo é muito mais que um segundo, um minuto é uma vida e é nessa perspectiva que avalia todas estas questões.

Disse que enquanto decorria o Debate, cerca de 400 adeptos do Basileia, alguns dos quais estiveram presentes na noite de ontem na cidade de Lisboa, estão a caminho do Estádio da Luz. Esses 400 adeptos têm necessariamente que ter o acompanhamento eficaz e permanente por parte das forças de segurança, considerando que actualmente vivemos um estado de tal maneira securitário à volta dos jogos de futebol, que enquanto polícia também já por diversas vezes questionou até onde é que poderá ir esta dimensão de policiamento à volta de claques desportivas, grupos não organizados de adeptos e outras questões do género associadas à dinâmica do futebol, mas essa é uma realidade que não está dependente exclusivamente da PSP.

Esclareceu que muitos dos problemas que vão ser levantadas no Debate não são exclusivamente problemas de polícia, são problemas sociais, são problemas legais, são problemas que dependem da intervenção e da intercepção de várias vontades, do interesse de várias entidades em encontrar soluções, que não podem ser reprimidos, porque não se pode recorrer sempre à repressão para resolver problemas de rua e para resolver problemas sociais.

Enquanto Comandante da 1.ª Divisão da PSP, referiu que a questão da venda do louro prensado o preocupa. Essa é uma questão que não é exclusivamente uma questão policial, não é um problema de polícia, e também passa pela polícia, mas é muito mais do que isso, tem que ter claramente uma solução que passe por este tipo de Assembleias, onde as pessoas possam livremente indicar soluções e livremente indicar aquilo que são as intervenções que são necessárias realizar no futuro.

Por fim, falou ainda da questão da videovigilância, referindo que enquanto Comandante de Polícia tudo aquilo que seja para benefício de todos estará sempre do lado dessa solução e, naturalmente, se a videovigilância é algo que está materializado no Bairro Alto, é sua opinião que se deve analisar esse exemplo e perceber até que ponto influenciou positivamente a qualidade de vida das pessoas que vivem no Bairro Alto, que trabalham no Bairro Alto ou que têm o seu lazer naquelas ruas, e verificar de que forma pode essa tecnologia ser utilizada noutras zonas da cidade de Lisboa e de que forma é que isso pode ser efectivamente benéfico para quem vive nessas mesmas zonas.

**II.I.III Superintendente Paulo Caldas, Comandante da Polícia Municipal de Lisboa:**

Começou por esclarecer que existem duas dimensões da Polícia completamente distintas, mas que trabalham em prol da mesma comunidade que é a cidade de Lisboa. Referiu que a PSP é uma polícia que tem competências em todas as áreas, em todas as matérias, tendo algumas competências que só a ela são específicas, como sejam a investigação criminal e como seja o próprio licenciamento e fiscalização na segurança privada, sendo de igual forma a ordem, segurança e tranquilidade pública na cidade de Lisboa uma competência da PSP, não nas quatro, mas em todas as freguesias da cidade e em grande parte do território da Área Metropolitana de Lisboa.

Depois referiu-se à Polícia Municipal, que tem cerca de 600 efetivos, não para quatro mas para todas as Freguesias, para toda a área do município, com competências do ponto de vista policial e meramente administrativas. É uma força que se preocupa em colaborar com a PSP em matéria de segurança e tranquilidade pública, mas cujo “*core business*” é essencialmente a fiscalização municipal e a fiscalização e regulação do trânsito. Referiu no entanto que existe uma troca de informações permanente, e a problemática da segurança é para a Polícia Municipal preocupante, e para isso têm algumas ações que são planeadas conjuntamente com a PSP.

No que diz respeito à segurança do Bairro Alto, no eixo entre o Bairro Alto - Cais Sodré, referiu que a Polícia Municipal tem actividades conjuntas com a PSP aos fins-de-semana, e na zona do Intendente tem uma presença permanente, em conjunto com a PSP. Disse que no Bairro Alto existem duas áreas de intervenção, relacionadas com os problemas de trânsito e de segurança, e que no Intendente a intervenção está mais relacionada com os problemas da fiscalização de estabelecimentos e com a própria segurança e tranquilidade pública.

Expressou ainda a sua opinião no que toca à realização destes Debates, que considera extremamente úteis, mas, cada vez mais sente que a “*a segurança começa na família*”, referindo que o que se passa em nossa casa com os nossos filhos é reflexo daquilo que temos depois no dia-a-dia na convivência, porque muitos dos problemas de qualidade de vida e da insegurança têm a ver com o termos consciência de até onde podemos ir para não incomodar a liberdade dos outros.

**II.I.IV. Rogério Alves, Presidente da Associação de Empresas de Segurança:**

Iniciou a intervenção com uma breve apresentação da Associação das Empresas de Segurança Privada, à qual preside, e que representa mais ou menos 60% do mercado. Na Segurança Privada existirão cerca de 100 empresas, com autorização para exercerem alguma ou algumas das valências da segurança privada, sejam elas a vigilância, a vigilância presencial, a vigilância electrónica e o transporte de valores. Disse que grande parte da facturação concentra-se nas 10 a 15 maiores empresas, havendo depois um vasto conjunto, algumas dezenas, que são empresas mais moleculares, mais atomistas, o que tem alguma importância na análise deste fenómeno.

Referiu que o sector tem cerca de 35 ou 36 mil trabalhadores, que factura entre 600 a 700 milhões de euros por ano, e que é um dos dez maiores empregadores do país, sendo dessa forma um sector muito relevante do ponto de vista económico, financeiro e social.

Disse que é preciso perceber e separar o dia da noite e que, por vezes, confunde-se as funções da segurança privada com as funções de segurança pública e, em seu entender, é preciso que essa confusão deixe de existir.

Referiu que, na sua opinião, este Debate nasceu, sobretudo, em consequência dos incidentes amplamente divulgados do *Urban* que despoletaram denúncias dos lisboetas de situações mais ou menos semelhantes, das quais ouviram falar e, que, obviamente, potenciaram a que se falasse amplamente sobre o assunto da segurança nocturna nos órgãos de comunicação social, e que se convocasse o Conselho de Segurança Privada (que estava há vários meses para ser convocado). Concretizou que, em suma, um mau acontecimento desencadeou um bom debate.

Em seu entender é preciso perceber o seguinte: a segurança pública é uma função basicamente da Polícia em Lisboa. Estamos a falar em Lisboa, da Polícia de Segurança Pública, o que leva a perguntar o que faz o vigilante privado. Em sua opinião faz isso mesmo (vigilância), faz uma segurança com características de vigilância e as coisas têm corrido, em sua opinião, muito bem. Disse que já se falou muito de espectáculos, como o futebol, e poder-se-ia também falar dos espectáculos musicais, mas, por exemplo no futebol há uma diferença muito clara entre o que faz a segurança privada e o que faz a segurança pública. Num campo de futebol a vigilância

privada controla as entradas, verifica os títulos de entrada, os bilhetes, verifica se as pessoas levam qualquer objecto perigoso para dentro do recinto desportivo, que possam pôr em risco a comunidade dos espectadores e a segurança do espectáculo. Vê o jogo de costas para o relvado, para controlar quem se está a portar bem e quem se está a portar mal, não conseguindo evitar tudo, como se viu agora com esta micro invasão de um espectador no último jogo do Porto contra o Benfica, mas é essa a sua função.

Se são necessárias medidas claras de Polícia então, a vigilância privada tem de chamar a Polícia que, aliás, está presente, está por perto, está ali, tem outras funções e intervém com o poder do Estado, nomeadamente o poder de deter, de levar para a esquadra, de revistar, de usar a força, se necessário, para por cobro a situações que atentem contra a integridade das pessoas e dos bens. Disse não ser um especialista em matéria de segurança, mas referiu querer deixar uma noção neste Debate: uma coisa é este tipo de vigilância (nos espectáculos desportivos), outra coisa, que embora esteja a coberto da mesma Lei, tem sido um fenómeno que tem ganho alguma autonomia, infelizmente porventura pelas más razões, que é a segurança que se faz à noite.

Disse ainda que a informação de que dispõe é de que, apesar de tudo, as coisas correm com relativa normalidade, só que os casos patológicos têm uma força e um poder, até pela gravidade que têm, que causam obviamente comoção na opinião pública, e com razão.

Referiu, ainda, que do seu ponto de vista, crê que há três ou quatro parâmetros sem os quais dificilmente a situação se alterará: o primeiro, indo de encontro à opinião do Superintendente Paulo Caldas, quanto a tratar-se de uma questão educacional. Considerou a esse respeito que a formação é essencial. Disse que vivemos num mundo em que há agressividade e há fenómenos de violência e para isso crê ser necessário fazer duas ou três coisas.

Em primeiro lugar, embora considere que a repressão não é solução, é preciso não desvalorizar do ponto de vista legislativo e nos próprios tribunais, os crimes contra a integridade física. Vivemos numa era de muita valorização dos crimes económicos, dos delitos de colarinho branco, perpetrados por banqueiros, etc., e por isso as coisas não têm tido vazos comunicantes, e esses crimes têm a sua gravidade, têm o seu impacto, têm o seu castigo, têm a sua previsão legal. No entanto, na sua opinião, não podemos desvalorizar os crimes contra a integridade física

dado serem crimes de uma enorme gravidade, traumáticos e efectivamente susceptíveis de causar lesões graves e irreversíveis.

Em segundo lugar, é preciso fiscalizar as empresas e as pessoas cujo cadastro tem já o lastro de violações da Lei, porque uma coisa é a vigilância privada à porta de uma discoteca ou outro estabelecimento, verificação de quem entra, não deixar entrar materiais perigosos e até excluir, sem intervenção da Polícia, se não for necessário, alguém que se está a comportar mal, mas outra coisa é violar a Lei, agredir, espancar, perseguir na via pública, porque isso não faz parte da actividade da segurança privada. Essa actividade compete (não a de espancar, naturalmente), mas a de garantir a segurança pública, à Polícia de Segurança Pública, e quem não faz isto assim viola a Lei. Disse que o Relatório Anual de Segurança Interna tem chamado à atenção para a infiltração de dinheiros provindos da prática do crime de tráfico de droga, aquilo a que chama genericamente branqueamento de capitais, em algumas destas entidades e, estas entidades têm de ser fiscalizadas, quanto aos seus responsáveis, aos seus métodos de recrutamento e aos seus métodos de formação.

Referiu que quando se verificar que há um nível de gravidade que vai para além daquelas questões venais de incumprimento então, a sua Associação, proporá, como já o fez ao Senhor Ministro da Administração Interna, que a Polícia tenha a possibilidade de, como hoje já tem, promover a cassação dos alvarás e a suspensão da actividade dos vigilantes, mas que o faça em casos mais graves, sem que o recurso para o tribunal suspenda essas decisões e, portanto, que haja uma espécie de inversão, não do ónus da prova, mas que face a situações de gravidade manifesta, a suspensão preventiva da actividade seja feita de molde a que não seja revertida com a simples impugnação para o tribunal.

E também junto dos tribunais criminais, nomeadamente de Instrução Criminal, à imagem do que aconteceu neste caso mais recente, que como medidas de coacção acha que devem ser aplicadas medidas que inibam da actividade quem tenha um lastro, ou mesmo não tendo lastro, pratique actos de particular gravidade. Isso permitiria dar o seu a seu dono, ou seja, a segurança pública, até pelo nome, é para a Polícia de Segurança Pública, um vigilante fiscaliza a entrada e impede a intromissão de materiais e de pessoas perigosas. Concluiu, dizendo que existem leis razoáveis, existem profissionais de qualidade, mas tem de existir, do seu ponto de vista, mais fiscalização.

**II.I.V. Luís Paisana, da Associação de Moradores do Bairro Alto (AMBA),**

Apresentou o seu testemunho como sendo o prisma dos moradores, por defender que este é muito importante, sobretudo, nas zonas do centro histórico.

Disse que a AMBA para além de acompanhar estes problemas há quase 10 anos, integra enquanto sócio fundador, a FAMALIS (Federação de Associações de Moradores), tendo, por isso, uma perspectiva não só do Bairro Alto ou da Freguesia da Misericórdia mas, um pouco do que vai acontecendo pela cidade, onde este fenómeno da insegurança se tem alastrando.

Disse ainda que Lisboa têm-se vindo a promover ao longo dos anos, num plano estratégico, em que uma das vertentes é, de facto, torná-la uma cidade *cool*, uma cidade onde tudo se pode fazer, uma cidade que nunca dorme, que atrai para o centros histórico e locais de divertimento, onde o acesso ao álcool é cada vez mais fácil, a um grande número de pessoas, principalmente jovens, estrangeiros e, claro, também aos portugueses.

Referiu que infelizmente a venda de álcool não se limita aos estabelecimentos de diversão nocturna, sendo possível adquiri-lo em lojas de conveniência e, até, em pontos de venda ambulante, acrescentando ainda o facto de os frequentadores do Bairro Alto trazerem, muitas vezes, o álcool de casa. Assim, as aglomerações de pessoas no centro, com muito álcool e alguma droga, são na sua opinião sinónimos de risco elevado de distúrbios.

Afirmou, que estas situações têm sido detectadas, não só por associados da AMBA e de moradores, que se queixam e sofrem situações complicadas, como por exemplo o ruído e a utilização das portas dos moradores para urinar. Quando confrontados pelos moradores para estes comportamentos pouco cívicos, alguns frequentadores dos espaços de diversão, tornam-se violentos. Estes acontecimentos, são também um factor de insegurança.

Assinalou a venda da droga ou de “*pseudo-droga*” (louro prensado), como outro dos problemas, dado que considera existirem, cada vez mais, vendedores que incomodam as pessoas, sendo por vezes muito agressivos e, nalguns casos, chegam a roubar carteiras e telemóveis. Disse, ainda, ocorrerem provocações de *gangs*, que desafiam frequentemente casais, que agridem, caso resistam ou tentem defender-se. As rixas de grupos e gangs, nas quais já ocorreram mortes, são situações dramáticas de elevada violência.



Considera que o vandalismo, que acontece um por todo o lado, desde os graffitis, à destruição do património público e privado e a vandalização de carros, é outro motivo de insegurança. As pessoas vêem a sua propriedade destruída ou vandalizada e, se reagem são, muitas vezes, agredidas e insultadas.

Na sua opinião, as recentes obras de renovação da própria cidade e do centro histórico, que implicaram a colocação de andaimes, têm facilitado os assaltos a casas à noite, porque a polícia apenas está presente durante o dia enquanto estão a decorrer as obras. Estas situações de insegurança acontecem mais no centro histórico, mas também se vão alastrando a outras zonas da cidade.

Deixou, de acordo com o que disse ser a prática das suas intervenções, algumas sugestões e propostas de soluções, nomeadamente: a concentração da vida nocturna em mais locais, pois Lisboa é uma cidade grande e pode ter mais zonas de divertimento nocturno sem ser no Bairro Alto, no Cais Sodré ou em Santos, já que a dispersão dos locais de entretenimento facilitaria o controlo dessas áreas; colocação de mais policiamento na rua, porque isso demoveria os infractores, e possibilitaria que actuasse quando ocorressem situações mais agressivas; haver mais fiscalização por parte não só da Polícia, mas também, da Câmara Municipal de Lisboa e da ASAE; o alargamento dos sistemas de videovigilância, como factor de dissuasão, por poder ajudar a resolver problemas, sobretudo, se as imagens das videovigilâncias forem utilizadas para prender quem está praticar roubos ou no caso de ataque em grupo, haver a possibilidade de as autoridades poderem agir rapidamente; responsabilização dos estabelecimentos, porque muitos estabelecimentos não têm condições para funcionarem na legalidade mas continuam a funcionar e a vender álcool de todo o tipo para a rua, não sendo responsabilizados pelas situações que esta venda provoca; a efectiva fiscalização da venda de álcool a menores pela polícia, ainda que, em seu entender, esta seja uma questão social e familiar, e não só policial, referindo que os menores que consomem álcool em excesso, tornam-se também vítimas, nomeadamente de assédio sexual e roubo.

Referiu ainda que, as medidas que defende são um contributo para que a situação possa ser controlada, porque não há nada na sua posição, enquanto morador, que seja contra a noite, mas, apenas, contra a noite desregulada e de excessos.

Terminou apelando à proibição do consumo de álcool na rua que, em 2013, foi aprovada na Assembleia Municipal, sem votos contra, mas que na prática continua a fazer-se letra morta dessa decisão e, acabando por o álcool poder ser comprado em qualquer sítio, afirmando que é frequente haver jovens com garrafas de vidro a passearem nas ruas e as garrafas de vidro podem ser uma arma de arremesso, podem ser uma arma de crime e o facto de se beber em grandes quantidades, para além de ser, no futuro, um problema de saúde pública, gera cada vez mais insegurança.

### **II.I.VI Américo Nave, da Associação “Crescer Na Maior”**

Começou por dizer que lhe tinham dado a oportunidade de fazer uma apresentação e tinha decidido trazer algumas fotografias para mostrar, que representam realidades que todos nós conhecemos da noite de Lisboa, de determinados cenários da noite Lisboa e de pessoas que consomem substâncias psicoactivas, dizendo que são fotografias e imagens que todas as pessoas conhecem, mas que é sempre importante relembrar, porque se relembra a situação em que algumas pessoas vivem a noite de Lisboa.

Apresentou fotografias de dia, para se perceber melhor onde é que as pessoas se encontram a consumir substâncias psicoactivas, como em esgotos no Bairro da Cruz Vermelha onde isso aconteceu ou acontecia há algum tempo atrás. São zonas também de consumo e de pernoita onde as pessoas dormem, pessoas em situação de sem-abrigo e pessoas que consomem substâncias psicoactivas. Referiu que o contexto onde as pessoas dormem e vivem diariamente é um em contexto de insegurança por si só.

De seguida, afirmou que na cidade de Lisboa existem muitas situações de insegurança na noite, e que a sua experiência profissional só lhe permite falar das pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade pública, com as quais a Associação Crescer trabalha desde 2002, como sejam os sem-abrigo, os consumidores de droga, os(as) trabalhadores(as) do sexo e imigrantes.

Referiu que os sem-abrigo descrevem vários episódios de violência na noite de Lisboa e são, muitas vezes, vítimas de roubo pelos seus pares, por estranhos, pelas equipas de higiene urbana que limpam os seus pertences, o que é sentido por eles como um roubo, ou por parte da Polícia quando lhes tira ou destrói os materiais para consumo, deixando-os mais vulneráveis e potenciando o aumento da probabilidade de partilha de material e logo tornando-os mais expostos a riscos para a sua saúde.

Disse, ainda, que estas pessoas são muitas vezes vítimas de agressão pelos seus pares, na disputa dos melhores locais de pernoita, por estranhos, covardes que se aproveitam da sua vulnerabilidade, pelos moradores, que não os querem a dormir à porta dos prédios ou nas suas arcadas, pelas entidades públicas que consideram que as pessoas não são dignas de ocupar certos locais, ou ainda pela Polícia que tem ordens para impedir as pessoas de dormir em

determinadas zonas, ou agridem os utilizadores de drogas, pelo simples facto de estarem a consumir ou estarem em zonas de consumo.

Referiu que existem grupos em que a vulnerabilidade é ainda maior, como é o exemplo das mulheres, que fazem muitas vezes relatos de abusos, de violações e que, por isso, se sentem obrigadas a ligarem-se a maus elementos para obterem protecção em troca de favores sexuais.

Afirmou que a Crescer Na Maior, quando ouve estes relatos incentiva as pessoas a apresentar queixa mas, na maioria, recusam-se a fazê-lo por receio de represálias e por sentirem que não vale a pena, pois não acontece nada aos agressores, e podem ser vítimas de violência psicológica nas esquadras, devido ao seu estilo e modo de vida.

Mencionou que existem equipas de voluntários, técnicos da polícia de proximidade, iniciativas individuais ou de entidades públicas, que fazem o seu melhor na ajuda e suporte a estas pessoas. Considera, no entanto, que enquanto não existirem respostas de alojamento diferenciado, salas de consumo vigiado e locais onde as pessoas possam desenvolver trabalho sexual, tudo o que se faça por estas pessoas será sempre muito pouco e não corresponderá às suas reais necessidades, pelo que continuarão a viver num regime de sobrevivência e em constante sobressalto.

Referiu que a Crescer na Maior tem um programa de *housing first* para 30 pessoas, que lhes permite afirmar, através da observação do comportamento das pessoas, sobretudo as que se encontravam em situação crónica de sem-abrigo, que estas se mantêm durante muito tempo em estado de hiper-vigilância, em consequência da violência que viveram durante anos nas ruas, quer pelos seus pares, quer pelos moradores, quer pelas Forças de Segurança Pública. Existe nestas pessoas o sentimento de só podem contar com elas próprias para a sua defesa.

Para finalizar, chamou a atenção para o facto de se discutir muito o modo de vida destas pessoas mas haver pouca discussão sobre onde é que estas pessoas podem dormir, onde é que essas pessoas podem consumir de forma a não importunarem a restante comunidade, pois muitas vezes os consumos acontecem à frente de escolas, à frente de creches, o que não é nada positivo para a comunidade.

### **II.I.VII José Gouveia, da Associação das Discotecas de Lisboa**

Começou por dizer que as discotecas que representa, sentem que há uma sensação de divergência com os agentes da autoridade, e isso não é verdade. Disse que têm tido sempre um relacionamento pacífico, de convergência, de discussão e dessa discussão e dessas convergências têm nascido planos que, infelizmente, alguns empresários da noite não cumpriram e, por isso, hoje existe a ausência de policiamento das ruas, e parece-lhe que nas diversas intervenções que houve neste Debate, se falou sempre na ausência de policiamento nas ruas e esse policiamento efectivamente não existe, é inexistente, ou pelo menos é deficiente, mas parece-lhe, também, que não se pode apontar o dedo aos presentes que aqui estiveram, tanto da PSP, como da Polícia Municipal, porque o assunto deste Debate está acima das suas competências.

Referiu que relativamente a alguns aspectos apontados nas intervenções anteriores, os incidentes à porta da discoteca *Urban*, apresentam ser o fio condutor de toda a situação. A alteração da Lei da Segurança Privada, em 1988, obrigou os seguranças a terem formação, a andarem fardados e identificados, o que conduziu a que um sem número de empresas privadas tomassem conta da segurança. Foi exigido às discotecas que tivessem requisitos em tudo semelhantes às empresas de segurança privada, o que não lhe parece lógico porque não é esse o seu *core business*. Deste modo, na sua opinião, não faz sentido serem exigidos à discotecas os mesmos requisitos que às empresas de segurança.

Disse ter algumas discordâncias quanto à venda ambulante e considerar que a situação que ocorreu no *Urban* se prende com a venda de bebidas à porta das discotecas, que potencia situações de violência. Afirmou que a sua associação se bate há muito tempo pela colocação de toda a venda ambulante num ponto estratégico de Lisboa, como, por exemplo, o parque de estacionamento de Algés, que durante a noite está quase sempre vazio.

Em relação à videovigilância disse que há muito que a mesma é pedida para as zonas circundantes aos estabelecimentos nocturnos, mas que a mesma tem sido recusada pela Comissão Nacional de Protecção de Dados, sendo esta uma questão que talvez a Câmara Municipal de Lisboa possa resolver, como recentemente fez a Câmara Municipal da Amadora.

Referiu-se, ainda, relativamente aos conflitos recentes entre os adeptos da equipa do Basileia e a segurança privada de alguns estabelecimento, que, na sua opinião, o que ocorreu foi um desfasamento temporal entre a intervenção da Polícia de Segurança Pública, que tinha estado no local, e a descida de cinquenta adeptos para a zona do Cais Sodré e que esta situação se deve ao facto de a Polícia não poder estar em permanência em todos os sítios. Em face disto, pediu um patrulhamento estratégico nas rotas principais da noite lisboeta e nos seus pontos de maior afluência, nomeadamente, no Bairro Alto, Cais Sodré e Avenida 24 de Julho.

### **II.I.VIII Pedro Vieira, em representação da E-Cultura**

Começou por elogiar a iniciativa de ter sido promovido este Debate, pois o problema relacionado com a segurança nocturna, em sua opinião, esteve durante muito tempo escondido e é sistematicamente estigmatizado.

Disse que embora Lisboa seja a cidade portuguesa onde as questões ligadas à segurança nocturna têm maior dimensão e visibilidade, elas colocam-se a nível nacional exigindo por isso medidas conjuntas do poder central (do Ministério da Administração Interna, do Ministério da Economia e do Ministério da Cultura) e do poder local, por exigir uma política integrada que contemple a economia, o turismo e a cultura.

Em sua opinião, numa primeira análise, é preciso ter consciência que o sector do entretenimento e da animação, a nível nacional, representa 650 milhões de euros e tem 2,4 milhões de frequentadores regulares, números que em sua opinião podem ainda vir a ser potenciados e ficar em linha com outros países da Europa, que, tal como Lisboa, são destinos turísticos. Concretizou que neste momento, Lisboa está a 60% relativamente a outras cidades europeias que são destinos turísticos.

Disse que é necessário que se mude a imagem de insegurança que existe no público em geral, e a este propósito propôs que ocorra um ajuste na tutela da política de policiamento para as zonas de animação e entretenimento em função do número de pessoas que as frequentam, que se implantem dispositivos de segurança semelhante àqueles que são implantados nos desafios de futebol, por forma a que os recursos policiais não sejam apenas das zonas onde estão instalados os estabelecimentos, o que permitiria que não fossem cometidos excessos ou, o aparecimento de movimentos ditos de justiceiros, que tentam pelas próprias mãos resolver problemas de segurança pública.

Disse ainda que deveriam ser dadas condições legais para que seja economicamente comportável aos estabelecimentos de diversão nocturna terem licenças de autoprotecção, passando dessa forma os empresários a ser responsabilizados e a poder actuar imediatamente quando as empresas que lhes prestam serviços de segurança se excedem.

Propôs ainda que se libertem mais efectivos da PSP para trabalho efectivo de segurança pública, já que, neste momento, muitos elementos desta força policial estão afectos a acções de fiscalização que deveriam ser realizadas por outras entidades, como por exemplo a ASAE, o SEF e por Fiscais Municipais.

Concluiu, dizendo que acha importante a criação de um projecto do tipo “*Noite Segura*”, com meios e elementos destacados exclusivamente para esse efeito, por forma a garantir a rapidez de resposta em situações mais complicadas de insegurança, devendo de igual forma ser criado um canal directo de comunicação entre os estabelecimentos que estão abertos à noite e as equipas da PSP que se encontram “*no terreno*”, de forma a agilizar os tempos de resposta em caso de emergência.

**II.I.IX José Manuel Esteves, em representação da AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal**

Iniciou a sua intervenção agradecendo o facto do tema do Debate constar da agenda de reflexão da Assembleia Municipal de Lisboa, por considerar importante que se debata sem dramas, e sem cedências a lobbies ou interesses, sejam eles políticos, económicos ou sociais, o tema da segurança nocturna na cidade de Lisboa.

Disse que a AHRESP é uma instituição centenária de utilidade pública, que quer contribuir de forma positiva para que sejam encontradas soluções e não para potenciar divisões, referindo que gostaria de transmitir o know-how da associação que representa relativamente a fenómenos de insegurança como já ocorreram no Porto, em Faro e em Évora.

Referiu que o problema da insegurança nocturna também ocorre em qualquer outra cidade com potencial turístico, e que por esse motivo se deveriam tentar encontrar soluções, por exemplo em sede de Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, onde deveria ser constituído um grupo de trabalho que, de forma cooperante e dialogante, implementa-se o que foi feito há alguns anos atrás quando foi criado o programa denominado “*Turismo Seguro*”, que neste caso poderia chamar-se “*Noite Segura de Lisboa*”.

De seguida, disse que para os agentes económicos do turismo a questão da segurança é vital, já que sem segurança Lisboa não pode ser um importante destino turístico, sendo que a segurança que Portugal oferece tem estado a diferenciar o nosso país relativamente a outros destinos que perderam fulgor turístico nos últimos anos.

Seguidamente, disse que faz no próximo dia 13 um mês que foi encerrada uma empresa com 200 trabalhadores, chamada Discoteca Urban, que se tornou um “*bode expiatório*” para problemas reais como a inexistência de centrais de alarmes, melhor legislação para o sector e lobbies da segurança privada que impõem algumas empresas de segurança.

Terminou dizendo que este Debate é importante para que se criem melhores condições de segurança que permitam que no próximo ano a cidade de Lisboa volte a ter uma Night Summit tranquila, porque não há WebSummit sem Night Summit, bem como congressos e eventos de grande dimensão e para que isso aconteça é necessário que todas as entidades conversem e cooperem, tendo ainda lançado o desafio para que na Assembleia Municipal de Lisboa seja criado um grupo de trabalho sobre a segurança nocturna da cidade de Lisboa, onde a AHRESP, se for convidada, terá interesse em colaborar.

**II.I.X Vigília de Ascensão Lopes, Presidente da Associação de Moradores “ A Voz do Bairro”**

Disse que estava presente no Debate para falar em nome dos moradores do centro histórico de Lisboa, referindo que os principais problemas que afectam o turismo são a insegurança provocada pelos vendedores que proliferam na noite, a vender droga e bebidas alcoólicas em garrafas de vidro, que potenciam a ocorrência de situações de insegurança.

Referiu que os moradores sentem-se muito inseguros e têm medo, considerando que deveria existir mais policiamento nocturno, porque quando os agentes da PSP estão presentes os moradores sentem-se mais seguros, porque os vendedores deixam de ser vistos durante algum tempo.

A existência de mais policiamento, com mais agentes da PSP nas ruas, permitiria, em sua opinião, diminuir o crime recorrente de arremesso de garrafas de vidro aos transeuntes, os confrontos físicos entre pessoas que se drogam, dando como exemplo de um local inseguro o Miradouro de Santa Catarina.

Disse que existem zonas muito problemáticas no centro da cidade de Lisboa, que apelidou de “*pontos negros*”, que a PSP sabe que existem e onde a implementação de sistemas de videovigilância seria em sua opinião uma boa opção para diminuir a criminalidade, principalmente se as imagens pudessem servir de prova em tribunal.

**II.I.XI Ludovico Franco, Presidente da Associação dos Directores de Segurança de Portugal**

Começou por agradecer o facto de poder dar o seu contributo e o seu ponto de vista acerca da problemática da segurança, principalmente da segurança nocturna.

De seguida apresentou a associação a que preside, dizendo que a mesma foi criada em 2008 e destina-se a promover a qualificação académica, técnica, profissional, ética e social dos Directores de Segurança, mas também a promover e a contribuir para o reforço da segurança em Portugal. Disse que a sua associação tem cerca de 350 associados que, por força da Lei, têm de ter uma formação específica ministrada num estabelecimento universitário.

Referiu que não se pode diabolizar a questão da segurança nocturna e a questão da segurança privada, dizendo que como em todas as profissões existem bons e maus exemplos e existem excelentes exemplos em Lisboa e pelo país, só que esses exemplos muitas vezes têm segurança própria, considerando importante desmistificar que não é obrigatória a contratação de empresas de segurança privada, sendo possível aos donos das discotecas terem auto-protecção, que enquadre o seu pessoal que está a fazer esse serviço dentro do espaço, porque deverá ser alguma dessas pessoa, a dar a formação e a enquadrar esses profissionais contratados às empresas privadas, e é essa mesma pessoa que deve ser um interlocutor privilegiado para que em tempo faça o seu relato às forças policiais, para que estas possam actuar (até mesmo de forma preventiva). Considerou ainda que deve passar a constituir crime público as ofensas à integridade física levadas a cabo por seguranças privados, bem como o contrário, quando ocorre uma agressão a um segurança privado também esse delito passe a ser considerado um crime público.

Defendeu a co-responsabilização das várias entidades envolvidas, dizendo que a montante estará uma formação, estará uma empresa, mas também estará um proprietário do espaço, existindo uma co-responsabilização da empresa para quem trabalha o segurança, demonstrando as evidências em como formou e sensibilizou o segurança a preparar-se para lidar com situações complicadas, evitando comportamentos como os do Urban.

Reforçou a importância de acabarem as empresas de segurança privada que são geridas por testas de ferro, nomeadamente por pessoas que têm problemas ou tiveram problemas com a justiça, e que continuam a ser proprietários de empresas de segurança privada e assim se perpetuam neste negócio.

Afirmou ainda ser contra a guetização das empresas, uma vez que as empresas para poderem exercer a actividade de segurança privada da noite, não podem usar apenas esse mercado, têm que ter actividade noutro tipo de clientes e não só trabalhando no mercado da segurança da noite.

Defendeu a necessidade de uma maior prontidão das polícias nos espaços públicos e principalmente por uma maior ligação entre os tais interlocutores da segurança privada e as forças policiais.

Por último, referiu que para a sua associação é inadmissível que se continue a autorizar a venda e o consumo de bebidas alcoólicas na via pública, já que tal venda causa instabilidade e violência na noite, devendo em sua opinião ser proibido e passar a existirem locais específicos, com o devido policiamento, para que essas pessoas possam fazer esse consumo, até porque o vasilhame dessas bebidas constitui-se como uma autêntica arma contundente e cortante, quer para os transeuntes, quer para as forças de segurança.



### **II.I.XII Raquel Simão, da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**

Relativamente à segurança na noite, relatou a sua experiência profissional no acompanhamento de vítimas de crime, muitas delas decorrentes de situações ocorridas na noite. Salientou a importância da prevenção, designadamente a divulgação de campanhas de sensibilização, que promovam junto do cidadão comportamentos seguros a adoptar no contexto nocturno, bem como também de comportamentos saudáveis, minimizando assim que se possam tornar vítimas vulneráveis neste contexto.

Uma outra questão que também salientou e que decorre da percepção do contacto directo com as vítimas de crime que acontecem nestes contextos é em sua opinião o desconhecimento dos recursos de apoios que a cidade tem para promover junto das pessoas vítimas de crime nestas situações, considerando muito importante que se promova a informação sobre os recursos de apoio, de forma a melhorar a resposta.

### **II.I.XIII Rui Martins, do Movimento Vizinhos do Areeiro**

Reportou que na Freguesia do Areeiro se tem observado o aumento de alguns crimes, nomeadamente o número de assaltos a residências, bem como o aparecimento de novos tipos de assaltos que decorrem das novas opções de mobilidade da cidade, espelhando-se em roubos de bicicletas, componentes e acessórios das mesmas.

Considera que existe vandalismo gratuito ligado ao consumo nocturno de álcool na via pública, sendo esse, também, um problema que se verifica na freguesia do Areeiro, referindo que esse álcool é consumido em jardins e praças públicas, nomeadamente junto à Fonte Luminosa, na parte superior daquela estrutura, em grande medida por aquela zona estar muito degradada, o que em sua opinião convida a estes fenómenos.

Disse que para muitos moradores é percepcionada a insegurança derivado da presença de comunidades nómadas que existem na zona do Areeiro e que vivem em zonas expectantes.

A freguesia do Areeiro é um espaço construído maioritariamente entre os anos 30 e 50 do século passado, estando saturada de *tags*, feitos de noite e não há uma resposta eficaz nem rápida para este problema. A Lei em sua opinião parece ser fraca, e a fiscalização é ineficiente, tendo em conta as horas a que os *tags* são feitos. Sugeriu, como exemplo de solução o que ocorre nos Estados Unidos, onde se actua de imediato, limpando um *tag* apenas 24 horas depois do mesmo ter sido feito, dissuadindo dessa forma esta prática tão nefasta para as cidades.

Mostrou ainda preocupação com a falta de meios da PSP, dando o exemplo da falta de meios humanos e de veículos.

Questionou ainda se é realizado o patrulhamento a pé por parte da PSP, uma vez que tal não é visível, pedindo que esse tipo de patrulhamento seja reforçado nos próximos tempos.

Alertou para a falta de clareza que os moradores sentem quanto à identificação das esquadras e da sua área de actuação, uma vez que a Freguesia do Areeiro é servida por duas esquadras da PSP.

Por fim, sugeriu que Polícia Municipal tente colmatar as lacunas de meios humanos e materiais que a PSP tem em Lisboa, realizando policiamento a pé, de forma a tentar conter o sentimento de insegurança sentido pela população.

#### **II.1.IV Luís Alves de Sousa, em representação da Associação de Hotéis de Portugal**

Disse que apesar de Lisboa ser uma cidade segura e sem problemas graves a esse nível, a questão da segurança há muito que preocupa o sector do turismo.

Fez alusão a algumas breves notas sobre o turismo de Lisboa, tendo partilhado o conhecimento que tem sobre a camada mais jovem de turistas que visita e escolhe Lisboa para passar fins-de-semana, festejar aniversários e realizar despedidas de solteiros, o que posteriormente através de comentários feitos na Internet divulgam a mensagem de que Lisboa é uma cidade com uma noite animada onde tudo, ou quase tudo, é permitido, e estes comportamentos provocam uma revolta por parte de quem quer descansar, contribuindo para um crescente sentimento de anti-turismo. O ruído, a violência, o assédio e a destruição do espaço público são algumas das queixas que mais ouve e que é necessário controlar, para além de medidas de fiscalização e de regulação, devendo as entidades responsáveis pela cidade estarem atentas a estes fenómenos.

Disse considerar importante reforçar a presença policial nas ruas com Polícias com farda e à civil, em especial nos pontos mais turísticos.

Referiu que os turistas reportam assaltos ou tentativas de assalto, em primeiro lugar nos hotéis onde estão hospedados, sendo as portarias e recepções desses estabelecimentos que normalmente fazem o acompanhamento dessas situações. Disse que a maioria dos casos não é reportado à PSP, com excepção quando os documentos são roubados, pelo que provavelmente as estatísticas existentes quando a estes crimes não corresponderão à realidade.

Por último, solicitou à Câmara Municipal de Lisboa e às Juntas de Freguesia, para que tenham um maior cuidado com o estado dos passeios, com os equipamentos públicos, e com a existência de grafitis, porque o mau estado do espaço público transmite uma sensação de insegurança que se pode atenuar e até evitar.

## **II.II) Intervenções do Público:**

### **II.II.I Rui Sousa Costa**

Disse residir na zona do Arco do Cego tendo afirmado que a segurança e qualidade de vida têm que ser assegurados a partir das 16:00 horas. Assinalou este facto para que na eventual alteração do Regulamento do ruído actualmente em vigor, tal seja tido em conta.

Concluiu dizendo que a PSP e a Polícia Municipal, bem como as juntas de freguesia do Areeiro, Arroios e Avenidas Novas se deveriam empenhar mais na resolução dos problemas de insegurança existentes na zona do Arco do Cego.

### **II.II.II Helena Maria Martins**

Disse intervir na qualidade de mãe de um jovem que foi vítima de violência no Bairro Alto, há cerca de 3 anos, tendo questionado se a Câmara Municipal de Lisboa tem noção daquilo que é visto ou se há um estudo relativamente às imagens que são recolhidas pelas camaras de vídeo-vigilância actualmente existentes. Contou, pela experiência que tem observando, que há pessoas que urinam nas esquinas, pessoas que bebem e andam “às cambalhotas e aos pinotes”, fazendo tudo e mais alguma coisa, como venderem droga e efectuarem apedrejamentos de edifícios, carros, pessoas, etc..

### **II.II.III Eduardo Soveral**

Iniciou a intervenção a elogiar a iniciativa deste Debate. Disse morar em Lisboa e ser pai de 3 filhos, tendo partilhado com os presentes os relatos dos filhos quanto às falhas de segurança, em especial do seu filho mais novo, que é frequentador do Urban. Demonstrou preocupação com o estado da cidade e da população que está a envelhecer, achando que a segurança está a diminuir, tendo dito que a Câmara Municipal de Lisboa deveria ter uma posição mais activa na coordenação e que todas as sugestões realizadas, como a da vídeo-vigilância, os guardas-nocturnos e todas as outras sugestões, podem ter um efeito efectivo na sensação de segurança por parte da população e na segurança efectiva da Cidade.

#### **II.II.IV António Aguiar Costa**

Disse residir na zona junto ao Arco do Cego e partilhou a preocupação dos efeitos da venda de cerveja a preços muito baratos na rua, o que faz com que determinadas pessoas passem a ocupar passeios, a ocupar as ruas, a fazerem muito ruído, criando dessa forma insegurança e gerando problemas de saúde pública por urinarem na via pública. Disse que esses comportamentos são incompatíveis com a vida familiar de um residente, que tenha horários específicos e regras, observando e convivendo com o cenário fora de casa, onde ocorre ruído e onde tudo é permitido, o que o levou a reclamar pela necessidade do poder político tomar partido e actuar sobre este tema.

Referiu a importância de existir o controlo e a limitação do consumo de álcool na rua, considerando que neste momento é completamente livre e sem regras, o que potencia o ocupar dos espaços públicos que devem ser de todos, mas que na realidade acabam na prática por o não ser.

Entregou um abaixo-assinado que foi realizado com o apoio da Associação dos Vizinhos do Areeiro e dos vizinhos das Avenidas Novas sobre os problemas existentes no “*Jardim dos Cavaleiros*”.

#### **II.II.V Raquel Paisana**

Alertou para grupos de pessoas que praticam a ocupação intensa do espaço público, dando o exemplo dos dealers, das pessoas alcoolizadas e dos toxicodependentes, que transmitem um sentimento de insegurança aos residentes, existindo relatos de ameaças. Questionou se o consumo de álcool não será uma questão de educação, alertando para o facto de encontrar frequentemente jovens com 12, 13 ou 14 anos, completamente alcoolizados na rua a qualquer hora da noite, considerando que a cidade, poderá ter muitas zonas com o mesmo problema, refém de quem gasta na bebida e de quem faz negócio com a bebida. Terminou alertando que se continuarmos a permitir estes consumos, não devemos ter ilusões quanto a alterações de comportamentos e à diminuição dos problemas relatados.

### **II.II.VI Jorge Silva Antunes**

Sugeriu que à semelhança do que ocorre na região do Algarve nos meses de Verão, o Corpo de Intervenção da PSP deveria avançar para as ruas da cidade de Lisboa, tendo sugerido aos responsáveis da PSP que a partir de quinta-feira e até sábado à noite, o patrulhamento da cidade de Lisboa, onde exista uma vida nocturna mais intensa e problemática, e que normalmente é realizado pelo efectivo normal da PSP, fosse reforçado por elementos do Corpo de Intervenção daquela força policial, conseguindo-se dessa forma um patrulhamento mais musculado.

## **III. Intervenção dos Grupos Municipais:**

### **III.II.I Deputada Municipal Aline de Beuvink (PPM)**

*“Ora o PPM tem, no fundo, 6 notas a dar sobre a questão de segurança em Lisboa, a primeira é que o caso da Discoteca Urban Beach revela que a fiscalização que está a ser realizada a este tipo de estabelecimentos é, no mínimo pouco eficaz e estranhamente complacente.*

*As irregularidades detectadas não foram corrigidas ao longo de anos e, como se viu as contra-ordenações simples não são suficientemente dissuasoras, a fiscalização deve ser muito mais eficaz e deve contemplar-se a possibilidade de encerramento preventivo deste tipo de estabelecimentos, se as irregularidades detectadas não forem corrigidas dentro de um prazo razoável.*

*A segunda nota é que um grande número de atentados terroristas ocorreram durante a noite e alguns junto ou no interior de locais de diversão noturna. Portugal ainda não foi atingido, felizmente, por qualquer atentado terrorista, no entanto Portugal pertence por razões históricas ao imaginário simbólico do Califado Global Jihadista, integra conjuntamente com a Espanha o chamado Al-Andaluz, a zona mais ocidental do Império Islâmico, na nossa opinião, os chamados dispositivos passivos, barreiras de cimento, por exemplo, que foram colocadas até na zona de Belém têm de estar mais disseminados pela Cidade, o dispositivo policial é pouco visível ao contrário do que sucede com muitas outras cidades europeias.*

*Terceira nota, Lisboa é em conjunto com Helsínquia, a capital europeia mais segura de acordo com o European Safety Observatory, as razões deste sucesso prendem-se com factores culturais, a localização geográfica e periférica do nosso território, o grau de integração da população multiétnica da nossa Cidade, a eficácia do nosso dispositivo policial e o contributo de muitos outros factores que não é possível enumerar aqui.*

*O PPM defende o reforço desses factores, não geográficos, que explicam o nosso sucesso, tem de existir um forte empenho político e de meios para preservar e até melhorar os atuais baixos índices de criminalidade.*

*A quarta nota, os altos índices de crescimento do turismo provocarão um aumento dos factores de risco associados a determinados tipos de criminalidade. O PPM defende a realização de um estudo rigoroso, que preveja o impacto do crescimento do turismo, no âmbito das questões de segurança que Lisboa enfrenta.*

*Qualquer estudo que tenha sido realizado no passado está completamente ultrapassado, tendo em conta o crescimento exponencial do turismo para níveis não previstos por ninguém.*

*Importa estudar preventivamente as consequências da mesma seguindo-se o tomar das medidas mais eficazes”.*

### **III.II.II Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**

*“Debater a segurança em Lisboa é uma questão fundamental sempre, para lá dos mediatismo e da tentativa de parcelar ou centrar o debate, debruçamo-nos sobre um imperativo constitucional do Estado que tem que ser observado, garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos.*

*Uma questão desta complexidade obriga à análise de muitos elementos, mas iremos focar a nossa intervenção apenas em dois que nos parecem fundamentais, um primeiro são as condições de trabalho, sobre as forças de Segurança Pública é sobejamente conhecido o défice em todas as frentes, no número de efectivos, na média etária, a desmotivação latente, a ausência de progressões nas carreiras, as cargas horárias inaceitáveis, viaturas insuficiente e obsoletas, a desadequação de equipamentos e instalações, estas são consequências da política de Direita de sucessivos Governos agravadas no quadro dos PEC e do Governo PSD/CDS.*

*Nas empresas privadas de segurança são muitos os problemas laborais já identificados: incumprimento relativamente aos períodos de descanso e duração excessiva dos tempos de trabalho, atrasos no pagamento de salários, a falta de, formação específica, o trabalho não declarado a que acrescem questões como utilização do dumping por algumas empresas para ganhar competitividade.*

*Além das irregularidades do foro laboral detectadas nalgumas destas empresas há ainda outras de natureza criminal: a infiltração de elementos associados a grupos criminosos, indícios de ligação as extorsões, tráfico de estupefacientes, entre muitas outras questões, mas também de natureza fiscal e contributiva, basta pensar nas consequências do trabalho não declarado para a base tributável do IRC ou para as contribuições para a Segurança Social.*

*São múltiplas as violações dos direitos dos profissionais no público e no privado, principalmente tendo em conta a enorme exigência e responsabilidade inerentes.*

*O PCP tem vindo a insistir no maior investimento nas forças de segurança estabelecendo condições de higiene, saúde e segurança no trabalho para os agentes policiais bem como maior acompanhamento da actividade das empresas de segurança privada.*

*Um segundo elemento a salientar são as prioridades políticas e aqui referimos muito concretamente ao que cada força política defende para a segurança da nossa Cidade e a segurança privada é uma matéria de opção política, o seu papel crescente alimentando uma lógica de desresponsabilização do Estado é claramente algo que nos divide.*

*O PCP não se revê neste tipo de opções que caminham para uma privatização da segurança no espaço público, com a utilização de instrumentos repressivos e atentatórias dos direitos e liberdades dos cidadãos, como é a massificação da videovigilância.*

*Por outro lado e porque é também uma matéria de opção política, há muitos anos que o PCP tem vindo a alertar para as consequências da degradação e do desinvestimento crónico nas forças de segurança associados a prevalência de acção reactiva e não preventiva cada vez mais afastada das populações. Falar de violência nas ruas de Lisboa é falar de Esquadras e aqui temos o PS, o PSD e o CDS ao longo dos últimos anos a rejeitar sucessivas propostas do PCP de manutenção das esquadras da Cidade e de um modelo de policiamento de proximidade, opondo-nos sempre a todas as tentativas de depauperamento da resposta às populações, não fomos acompanhados por estas forças políticas que agora estão preocupadas estão com segurança.*

*Assim, o PCP defende políticas sociais adequadas a par do policiamento e das esquadras de proximidade como soluções mais eficientes para a resolução do problema da insegurança na Cidade de Lisboa”.*

### **III.II.III Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**

*“Sobre a segurança da vida nocturna, para Os Verdes é preciso reflectir e trabalhar em conjunto para que Lisboa seja uma cidade onde as pessoas tenham qualidade de vida, se sintam seguras e onde haja equilíbrio entre as várias vivências da cidade.*

*Questões relacionadas com o ruído, a segurança, o bem-estar e a saúde devem estar no centro desta discussão.*

*Não estamos propriamente perante um súbito ou inesperado agravamento de situações de violência e todos os casos que surgiram e que venham a surgir devem ser alvo de investigação criminal pelas autoridades competentes, apurando as responsabilidades.*

*Mais do que alarmismos, precisamos que saiam deste debate medidas concretas para melhorar a qualidade de vida na cidade e é nesse sentido que apresentamos algumas propostas para serem consideradas na deliberação final.*

*É fundamental que o Conselho Municipal de Segurança reúna com a periodicidade que está estabelecida, o que não aconteceu no anterior mandato. Deverá existir um plano estratégico*

*para a vida nocturna, focado na saúde pública, na segurança, na mobilidade e no combate à exclusão social.*

*São necessárias políticas participadas por todos os atores envolvidos que não fiquem apenas no papel e que tenham em conta as especificidades de cada local, pois o que se passa no Cais do Sodré pode ser diferente do que se passa na Graça, por exemplo.*

*É preciso dar especial atenção à habitabilidade dos bairros com forte presença de lazer nocturno.*

*O regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos nocturnos entrou em vigor há pouco mais de um ano mas é preciso fazer um balanço, e o respectivo conselho de acompanhamento reunir mais vezes.*

*E há, por fim, um aspecto essencial que importa contrariar, que é a falta de policiamento de proximidade, rejeitando Os Verdes que com algum facilitismo se caia no erro de tornar Lisboa a cidade da videovigilância, associada a uma total desresponsabilização do Estado. O princípio constitucional do Estado garantir a segurança dos cidadãos não deve nunca ser posto em causa, nem substituído por instrumentos que atentem contra os seus direitos.*

*Estas questões não se podem dissociar do desinvestimento nas forças de segurança: poucos efectivos, más condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, encerramento de esquadras e falta de equipamentos. E não podemos deixar de referir que este desinvestimento foi promovido com grande expressão por sucessivos Governos.*

*Tal como Os Verdes sempre disseram, é preciso combater as causas que levam a uma degradação da vida das pessoas e o modelo de policiamento que afasta as forças de segurança das populações.*

*Só assim conseguiremos ter uma cidade verdadeiramente democrática e segura, saudável, sustentável e em que a noite seja também de inclusão social e não o contrário”.*

### **III.II.IV Deputado Municipal David Amado (PS)**

*“Numa altura em que cada vez se valorizam mais os períodos fora do horário de trabalho, uma rica vida nocturna, diversificada e segura é o motor de desenvolvimento económico e social, gerador de emprego mais-valias financeiras e potenciadora de todo uma nova autoridade que não se esgota com o final da tarde.*

*Torna-se assim normal que também as Autarquias organizem e propiciem tendencialmente, cada vez mais eventos nocturnos, como concertos, espectáculos de luz e feiras. Procura-se, obviamente, atingir a população que não está disponível para participar num tudo durante o dia, que trabalha e que estuda, só tem tempo de facto no período da noite.*

*A realidade é que a proliferação destes eventos podem em certa medida e em determinadas circunstâncias colidir com as expectativas legítimas de quem pretende uma vida*



*tranquila e de quem reside junto aos locais onde estes eventos ocorrem, questões como o ruído, a iluminação, a falta de estacionamento e a limpeza do espaço público tornam-se uma preocupação acrescida e potenciada pela vida nocturna da Cidade.*

*Também ao nível da segurança, os assaltos a pessoas e bens, os danos em espaço público, os desacatos são em parte potenciados pela vivência da noite. Acreditamos no entanto, ser possível um compromisso entre a qualidade de vida a que residentes têm direito e a existência de uma vida nocturna saudável e segura.*

*Esse compromisso pode ser atingido com um misto de regulação e de preparação de uma estratégia integrada, nomeadamente com as forças de segurança que permita pensar, regular e acompanhar em permanência a vivência da Cidade durante a noite.*

*Questões como a iluminação pública eficiente nas zonas de diversão noturna e áreas circundantes são essenciais em termos de segurança, gostaríamos de felicitar, desde já, a Câmara Municipal de Lisboa pelo que tem feito e pelo que tem previsto fazer a este nível.*

*Assim como uma política de regulação clara e eficiente do cumprimento dos horários, emissão de licenças de actividade económica para estabelecimentos de diversão noturna. Esta é quanto a nós uma grande oportunidade de melhoria, e devia a Câmara Municipal de Lisboa ter esta competência de emitir estas licenças em determinadas zonas da Cidade de Lisboa, de ter a oportunidade com a PSP de identificar os locais de potencial risco para determinadas actividades, de regular e ter a capacidade de em conjunto com as forças de segurança cancelar estas licenças em caso de incumprimento contínuo.*

*Hoje em dia que a Câmara Municipal de Lisboa tem a este nível apenas a competência política de zelar pelo bem-estar daqueles que vivem, visitam ou simplesmente desfrutam da cidade, isto é claramente insuficiente, não vemos a Câmara Municipal de Lisboa como um órgão da autoridade policial, vemo-la sim como parceiro de referência para a Polícia de Segurança Pública, para o Ministério da Administração Interna, que possibilita o desenvolvimento de uma Cidade, onde o equilíbrio entre direito ao divertimento não entre em colisão com o direito devido ao descanso.*

*Apesar das situações que infelizmente ocorreram nos últimos meses, amplamente divulgadas pela comunicação social, podem levar a crer que Lisboa é uma cidade insegura, não é! Lisboa, não é uma cidade insegura.*

*Assim, defende o Partido Socialista o reforço do policiamento nas zonas de diversão nocturnas tendo no entanto a consideração que em matéria de segurança a responsabilidade é da Administração Interna.*

*Tenho também de aproveitar esta ocasião, e termino já Senhora Presidente, para referir a importância que para nós a questão da videovigilância tem em certas zonas da cidade. Consideramos inclusivamente importante a possibilidade de partilhar a Câmara Municipal de Lisboa, através de valores afectos à taxa turística, nos custos da instalação de um sistema, assim haja autorização por parte da Comissão Nacional de Protecção de Dados”.*

### **III.II.V Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**

*“Em primeiro lugar, cumpre felicitar a iniciativa deste debate, tão actual e pertinente para esta nossa Cidade.*

*Vários estudos, incluindo académicos, têm mostrado as áreas onde a criminalidade contra as pessoas e património na cidade, é mais acentuada. Porém, neste debate, queremos destacar:*

*Em primeiro lugar, e em especial, a apresentação do Américo Nave que na sua intervenção nos recordou a noite e o dia de muitas pessoas de Lisboa e que, por si só, merece um debate autónomo;*

*A intervenção do representante da PSP, pela humanidade que transmitiu e pela nuance colocada pela não exclusividade da repressão;*

*Da intervenção do representante da Polícia Municipal, a importância dada à qualidade de vida dos cidadãos.*

*O MPT permite sublinhar, seja ele o cidadão proprietário, turista, cliente de estabelecimentos de restauração e bebidas ou até agente de forças de segurança.*

*O Partido da Terra não pode deixar de concordar que é urgente debater a problemática da insegurança nocturna da cidade de Lisboa, sendo claro que havendo um Conselho Municipal de Segurança, este tem de ter o devido papel interventivo e deve ser-lhe dada a devida importância pela Câmara Municipal de Lisboa.*

*Entendemos que o Conselho Municipal de Segurança é o local próprio para se encontrar soluções para resolver e atenuar a insegurança em Lisboa.*

*É extremamente importante que o Conselho Municipal de Segurança reúna com a devida frequência, tendo em conta que vivemos e trabalhamos numa cidade cada vez mais turística, comercial e lúdica e, portanto, com acrescidas exigências neste campo, permanentes e mutáveis.*

*Uma atenção especial e criteriosa, para nós, tem de ser dada na admissão de responsáveis na segurança, nomeadamente ao nível psicotécnico, onde certamente a DGS e a Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública poderão ter um papel importante na elaboração de normas de aptidão para esta função.*

*A formação tem de ser um elo fundamental da prevenção. É muito importante que haja formação para todos os atores deste campo e que esta formação seja centrada na vítima.*

*Por fim, permitam-me partilhar com a Assembleia que algo está errado quando não só um cidadão, com frieza, pontapeia o seu semelhante caído no chão, como também um cidadão, friamente, alguém filma a situação, sem que nada faça. Sabemos que isto é ir de encontro à origem multicausal da insegurança nesta cidade. Porém, não podemos esquecer que, de facto, quando falamos da noite falamos da potenciação resultante do consumo de algumas substâncias de abuso, tendo à cabeça o álcool.*

**III.II.VI Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS/PP)**

*“Em primeiro lugar o CDS gostaria de realçar o importante papel que esta casa desempenha na discussão dos temas sobre a Cidade e a abertura à população de que o debate hoje é exemplo.*

*Em segundo lugar, agradecer a intervenção dos oradores convidados, entidades, associações e do público.*

*O último Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2016 alerta para existência de grupos violentos e organizados, infiltrados na actividade de segurança privada, sobretudo naquela que é desenvolvida no contexto de diversão nocturna.*

*Este relatório anual, o IASI, relata números e percentagens, e também preocupações de melhorar de ano para ano.*

*Mas não relata as Cifras Negras, ou seja, regista o crime que ocorreu e que foi participado mas não regista o crime que ocorreu mas não foi participado. Por isso a primeira prioridade deve ser monitorizar e fiscalizar a segurança privada de forma a que a esquadra local saiba quem são esses elementos privados que estão no terreno. Os guardas-nocturnos, por exemplo, apresentam-se nas esquadras antes de começar o turno.*

*Há no nosso entender a necessidade de reforçar o papel da Polícia Municipal porque Lisboa precisa de ter uma Polícia Municipal forte e activa. Este corpo de Polícia já demonstrou grande capacidade operacional noutros momentos, designadamente com um forte contingente no terreno aquando das obras no Eixo Central. Chegámos a ter um agente por cruzamento e por vezes mais, do Marquês de Pombal até ao Campo Grande.*

*Mas será sobretudo através de uma articulação com o Comando Metropolitano da PSP que se poderá fazer a diferença.*

*Parece-nos descabido estar a acontecer uma tragédia como já aconteceu à porta de uma discoteca, e a cerca de 500 metros desse local, estar montada uma mega-operação de auto-stop de fiscalização de veículos e condutores e não poder contar com esses elementos policiais para uma emergência de outra natureza criminal.*

*Não se compreende. Há ou poderá haver uma opção política a tomar pelos decisores operacionais. É necessário interoperacionalidade e coordenação. Não podemos ter uma Polícia só para as multas de trânsito e outra só para os desacatos de rua.*

*Outra medida que urge é a implementação da Videoprotecção e não Videovigilância, nós não queremos vigiar ninguém, queremos proteger, como sistema complementar de Segurança na Cidade, como o CDS defende há anos. Necessitamos de dissuasão, mas também necessitamos de meios de prova. Muito provavelmente não teríamos uma discussão pública desta natureza se não houvessem imagens reais dessas tristes ocorrências.*

*Há-de vir sempre à liça a velha questão da Lei da Protecção de Dados. Quem tem acesso aos dados? Quem os pode manipular ou utilizar? Essa parece-nos uma falsa questão. A videoprotecção em Lisboa como sistema independente, deve ser um bem público, e manipulado e monitorizado por um órgão de polícia criminal, não por qualquer pessoa. Deve fazer parte de um Sistema criado para os efeitos que se pretendem:*

*1- Percepção de Segurança pelos Cidadãos; 2 - Dissuasão criminal, e 3 - Recolha de Prova.*

*O Conselho Municipal de Segurança, convocado pelo Presidente da Câmara deve cumprir o que está regulamentado e reunir. Reuniu uma vez nos últimos dois mandatos. Já fui Conselheiro Municipal de Segurança há dois Mandatos e nunca fui a uma única reunião. Simplesmente porque não houve nenhuma reunião. Contudo nesse Mandato, tivemos alturas críticas e de alto risco, como a vinda do Papa ou uma Cimeira da Nato. Este Conselho reuniu apenas 6 vezes nos últimos 10 anos.*

*Já neste Mandato o CDS propôs aqui na Assembleia a convocação deste Conselho ao Sr. Presidente e essa proposta foi aprovada por unanimidade. Contudo, o Conselho ainda não se reuniu apesar do alarme público. Acção precisa-se!*

*Esquadras de proximidade (pequenas unidades e não superesquadras). Os cidadãos devem conhecer os polícias e os polícias devem conhecer os cidadãos e os seus hábitos. Policiamento de bairro.*

*Levantamento dos pontos negros de criminalidade em espaços noturnos, habitações e via pública.*

*Reactivação e divulgação da “queixa-online”. Consiste num Sistema via internet, a apenas um clique de distância e poucos ou ninguém sabe que existe, no entanto custou cerca de 50 milhões aos contribuintes. Serve designadamente para a violência doméstica, emigração ilegal e prevenção do terrorismo. Poderia adaptar-se à Segurança na animação e diversão nocturna.*

*Evolução de uma unidade policial (que já existe mas da qual não há a percepção que exista e seja eficaz) especializada, de apoio aos turistas e de fiscalização dos agentes turísticos a partir dos meios que existem, mas com vocação polivalente em todas as áreas da segurança urbana. Porquê? Porque este é um sector e crescimento exponencial e em que a realidade ultrapassou há muito as necessidades atuais. Porque a principal atracção de Lisboa, a nossa principal oferta é a Segurança, e mantê-la não é fácil, e para se manter, é necessário acompanhar com meios eficazes esse crescimento exponencial.*

*A racionalização dos meios humanos e técnicos pode e deve ser muito mais eficiente. A despesa em segurança deve ser considerada como um investimento de alto valor acrescentado se for bem canalizada.*

*A Segurança de uma cidade como Lisboa deve ser garantida 24 horas, para quem nela vive, estuda, trabalha ou visita, a Segurança de Lisboa não pode abrir às 9 e fechar às 5”.*

### **III.II.VII Deputado Municipal Luís Newton (PPD/PSD)**

*“Em primeiro lugar, Senhora Presidente, gostava de destacar que parece-me particularmente evidente que esta Assembleia Municipal hoje já está mais rica.*

*Está mais rica não só na recolha de informação, mas também sobretudo na capacidade que tem de com base nessa informação que está a recolher poder melhorar substancialmente os seus contributos e as suas propostas para a intervenção comunitária.*

*Eu diria que esta é inevitavelmente uma das grandes, grandes vantagens e vitórias deste tipo de modelo de debate.*

*Conhecer e compreender sobretudo as dificuldades com que se deparam diariamente as várias instituições, organizações, IPSS, as próprias forças de segurança e compreender também como é que de certa forma, e aqui foi visível ao longo do debate isso mesmo muitas vezes, elas não comunicam entre elas e este pode ser um dos aspectos fundamentais na procura de uma resolução para este tipo de situações, este e outros, eu diria que torna mais relevante nesta altura, não será tanto a dimensão do policiamento estritamente dito, mas sim compreender como é que todos estes fenómenos acabam por concorrer para uma dimensão de insegurança generalizada.*

*E esta dimensão de insegurança generalizada que não acontece em Lisboa que graças a muito daquilo que se tem construído nos últimos anos vivemos hoje em dia uma cidade que, quando comparado com a média europeia está muito segura, mas que é nestas alturas em que nos deparamos com a epifenómenos que nos lembram as piores situações que ocorrem noutras cidades e outros exemplos que temos a nível europeu e mundial, que temos que reflectir para não resvalarmos para essa situação e os contributos tem aqui sido trazidos e que temos feito deles bom registo são indispensáveis para compreender dois aspectos fundamentais.*

*Em primeiro lugar que não está tudo, ou não resulta tudo, exclusivamente do maior ou menor policiamento. Há comportamentos que geram comportamentos e há aqui uma dinâmica social e comunitária que inevitavelmente concorre para os fenómenos que vamos assistindo e que devem ser analisados e que devem ser corrigidos para evitar a sua perpetuação ou mesmo que escalem e uma das reflexões muito importantes que também estamos aqui a fazer é como é que outras dinâmicas que saem fora do âmbito estritamente policial podem influir esses mecanismos.*

*Desde questões relacionadas, por exemplo, com a própria psique humana, pessoas que trabalham noite e que dormem de dia, trabalham de noite que é ao contrário daquilo que o ser humano está destinado a desenvolver e que muitas vezes se vêem ou quase sempre confrontados com situações de tensão. Muitas horas de trabalho nocturno, muito pouco sono no período nocturno, muitas horas de tensão, o que é que isso resulta? Como é que isso depois afecta interacção com as populações? Depois vimos aqui, tivemos aqui um exemplo das vítimas de violência.*

*É importante muitas vezes compreender a dinâmica de quem sofre com essa violência, como é que se gere essa interação e aprender com isso para compreender a sua origem e assim podermos desenvolver aqui algumas reflexões importantes que podem inevitavelmente passar por mecanismos, a alterações de mecanismos que têm a ver com educação cívica e comunitária e, às vezes a forma como dentro das nossas próprias casas e com as nossas próprias famílias promovemos todas estas dinâmicas.*

*Por isso, Senhora Presidente, agradecer-lhe a oportunidade, agradecer sobretudo às instituições e às pessoas que em nome individual, também aqui quiseram prestar alguns contributos, dizer-lhes que tomámos boa nota nesta Assembleia dos seus contributos e que, inevitavelmente com o debate dia de hoje e que o debate do próximo dia 12, poderemos depois, construir um conjunto de propostas e reflexões que podem eventualmente vir a ser tomadas aqui na Assembleia Municipal e que podem também ser levadas até à própria Assembleia da República, inevitavelmente está centrado, a discussão é o espaço público e as pessoas que nele que interagem”.*

### **III.II.VIII Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**

*“A cidade é desde a sua origem, um local de encontro e de partilha, mas também de vontades e ritmos diferentes que necessariamente convivem no mesmo espaço, ou seja, o ritmo do dia e da noite sempre coexistiram na vida das cidades, tal como hoje acontece, a cidade é sim sinónimo de diversidade e deve ser entendida como um espaço público facilitador e promotor dessa mesma diversidade, quando falamos de segurança e qualidade de vida nocturna em Lisboa, temos que olhar para várias questões desde logo, a multiplicidade de atores intervenientes, muitos dos quais estiveram aqui hoje presentes e outros que também não estão aqui presentes como bem vimos, o que implica uma diversidade de vivências e os usos, todos eles na Cidade e, por isso, a Cidade é por definição um compromisso entre as partes.*

*A noite de Lisboa já marca especificamente, mas já marca presença a nível histórico há muito tempo em várias zonas da cidade. Falou-se aqui do Cais Sodré e da zona ribeirinha que deste também devido à actividade portuária, deste historicamente um sítio de vida nocturna, ao Bairro Alto com a actividade dos jornais, ou seja, foram muitas vezes os bares e os estabelecimentos nocturnos que se instalaram em zonas que já tinham uma vida nocturna e não estes vários estabelecimentos que inauguraram a vida nocturna nestes locais e, portanto, a noite Lisboa tem naturalmente sofrido transformações ao longo dos anos, assim como a forma de vivência própria da Cidade mas muitas vezes falamos e falou-se aqui muito dos usos e dos problemas da noite do Cais Sodré e do Bairro Alto, de Alfama, da zona ribeirinha, raramente falamos numa Cidade que existe à noite e que é invisível, por isso também queríamos aqui destacar a intervenção feita pelo Américo Nave, numa visão que destaca também alguns aspectos como a preocupação da inclusão dos públicos nos quais se incluem grupos de risco e pessoas em situações de vulnerabilidade, como de pessoas sem-abrigo e pessoas com comportamentos aditivos ou mesmo a preocupação com questões de redução de riscos e*

*minimização de dados, prevenção e reinserção, prevenção do consumo de álcool e comportamentos aditivos e dependências, sobretudo na população mais jovem.*

*E obviamente a necessidade da criação de projectos específicos para este tipo de locais e estes tipos de consumos, para além das questões imediatas da higiene urbana, ambiente e segurança.*

*Como é também conhecida em Abril o LX-Nights, um grupo composto por investigadores da Universidade Nova e do ISCTE propôs a criação do Observatório Nocturno em Lisboa, a Jordie Noff, que irá intervir na próxima Sessão explica como é que uma estrutura destas poderia ajudar a melhorar a vida nocturna na Cidade e a propor um plano de acção focado na saúde pública, na segurança, na mobilidade, na cultura e no combate à exclusão social.*

*Achamos que sim, que este é também um caminho a seguir, apostar na melhoria da qualidade de vida nocturna no combate à exclusão social, na melhoria da iluminação ou na melhoria da mobilidade urbana, aliás, as questões da mobilidade, são aqui importantes, o facto dos transportes reduzirem significativamente à noite também degrada o próprio ambiente de vida nocturna, ou então relembramos, porque é coisas tão simples como as bicicletas partilhadas que, neste momento estão a surgir na Cidade só funcionam entre as 7 e a meia-noite e não funcionam durante o período nocturno, portanto, permitindo que a vida nocturna também tenha qualidade.*

*Iremos terminar tal como a vida nocturna da cidade pois muita da insegurança radica precisamente nestes problemas.*

*Gostaríamos por fim só de propor a implementação da figura do Provedor da Noite, ou do Night Mayor, como em muitas cidades existe, poderia receber precisamente a estas questões e teria a responsabilidade sobre esses serviços envolvidos que com as quais poderia falar directamente e centraliza-las. Queremos deixar também esta sugestão”.*

### **III.II.IX Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**

*“Esta questão da violência da noite é um fenómeno mais abrangente do que aquele que nós que temos visto especialmente na comunicação social. Temos zonas chamadas “in”. Zonas da noite por excelência que geram ruído, que geram violência, mas temos também as zonas desconhecidas, não vigiadas, que nos foram trazidas alguns exemplos pela Associação Crescer com o Américo Nave, que são também dignas de registo porque não têm quem olha para elas e não são suficientemente cuidadas.*

*Eu aqui queria também referir, por exemplo, que aconteceu recentemente com a União zoófila, que foi vítima de vandalismo nocturno e que para uma Associação que vive exclusivamente da boa vontade de todos constitui a um ato extremamente grave.*

*Parece-nos que este assunto quando o tratamos de uma forma integrada, temos que necessariamente considerar vários elementos que, por enquanto não conseguimos ligar de uma forma eficaz.*

*Falamos de recursos humanos, falamos de policiamento, policiamento de proximidade e falamos de um policiamento eficaz, que permita a que a Polícia possa resolver as situações que lhe são requeridas. Parece-nos que a Polícia está demasiado esticada em termos dos seus recursos, os agentes têm problemas com os gratificados trabalham demais e, portanto, cremos que todo este assunto deverá ser repensado, repensado em relação às necessidades, repensado fazendo uma análise daquilo que é necessário com a carga turística que hoje Lisboa nos pede.*

*Eu aqui queria também, para além da questão dos recursos humanos, embora ligada com ela, falar de uma questão que tem vindo a ser debatida que é a questão da videovigilância, para nós a videovigilância não pode ser um conjunto de câmaras e de gravadores que depois eventualmente, levarão algumas coisas a Tribunal. A videovigilância para ser posta ao serviço da população terá que ter recursos humanos em quantidade suficiente para que possam exercer protecção directa aos cidadãos, quando eles precisam. Não pode ser apenas o registo de ocorrências e de crimes, terão que ser dotadas as Polícias dos recursos humanos para que quando existe a necessidade de se socorrer os cidadãos, quando um cidadão tenha um AVC e isso possa ser detectado pelas câmaras, existe alguém que esteja a ver que isso está a acontecer e nesta perspectiva acho que todo este sistema deve ser cuidado de uma forma mais aprofundada do que aquilo que tem sido, pelo menos que nos tem sido dado a conhecer.*

*Acredito que esteja a ser cuidado de outra forma, mas nós não temos conhecimento disso.*

*Relativamente ainda à questão da vida noturna a questão do álcool e a legislação que permita controlar o chamado Botellón de uma forma eficaz, eu ainda não conheço a legislação e, pelo menos no mandato passado nós tivemos as nossas Comissões várias vindas da Polícia, várias a reuniões sobre este assunto e, no entanto, eu não conheço ainda meios de que isso possa ser controlado, portanto, eu fazia um apelo para que esse assunto possa ser tratado.*

*Lisboa está na moda, mas é preciso ter cuidado”.*

### **III.II.X Deputada Municipal Rita Calvário (BE)**

*“Para o Bloco de Esquerda pensar as questões da segurança e da insegurança na cidade de Lisboa implica adoptar acima de tudo uma perspectiva preventiva, como já foi aqui referido grande parte dos problemas relacionados com a insegurança não são problemas de polícia e essencialmente as respostas não devem ser focadas na repressão e pensar numa perspectiva preventiva, pensar a montante nos factores de risco e nos factores que podem alimentar potenciais conflitos significa pensar a pensar ano direito à cidade e o direito à cidade tem muito a ver com a forma como se pensa a organização da cidade e pensar uma cidade que seja inclusiva, que seja amigável, que seja igualitária e que evite, por isso, espaço de segregação social, de exclusão social, que evite uma cidade com guetos para ricos e para pobres e que crie grupos mais*



*vulneráveis em situação em situação de risco, aliás, como a uma apresentação inicialmente referiu e que a são grupos que estão a bastante sujeitos a situações de violência e de insegurança.*

*Isto significa também quando pensamos, por exemplo, uma questão do turismo, que é necessário mecanismos de regulação para que quem vive a cidade possa também ter direito ao usufruto da cidade e que Lisboa não se torne apenas uma cidade bonita para ser visitada, mas que seja, de facto, uma cidade com espaços, que permitam o convívio, o encontro entre quem vive entre os vários grupos sociais que habitam nesta cidade e também para quem a visita.*

*Isto também implica, tem implicações na forma como pensamos a noite e os espaços de ócio e lazer nocturno e evitar uma tendência mais recente de tentar segregar, de atirar os espaços de diversão nocturnas para confinadas em terminadas zonas da cidade em prejuízo precisamente de uma diversidade de cultura e de espaços que permitam a usufruto e zonas de convívio, encontro de diversos grupos sociais, portanto, na noite também é preciso evitar a guetização e a exclusão a social.*

*Isto algumas medidas por exemplo, porque a nível das autoridades públicas podem ser adoptadas, poderiam ser mecanismos no planeamento da cidade a na forma de pensar o turismo, na organização dos espaços nocturnos, de criar mecanismos de mediação que permitam realmente pensar a Cidade e mediar os vários interesses entre os estabelecimentos comerciais, entre os agentes económicos e quem vive e usufruir desses espaços.*

*É preciso também mais monitorização e informação para se poder actuar e por fim para finalizar a nível da questão da segurança, portanto, consideramos também que um policiamento de proximidade poderia realmente ter um efeito preventivo, mas um policiamento de proximidade que seja de ligação à comunidade e não propriamente com um factor de agressividade ou que crie receios por parte de quem vive e visita a cidade de Lisboa”.*

#### **IV. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:**

As forças políticas representadas na Assembleia Municipal e concomitantemente na 8.ª Comissão Permanente de Transportes, Mobilidade e Segurança e, bem assim, os Deputados Municipais Relatores, reservam as suas opiniões para o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido o presente Relatório.

Foram apresentadas duas recomendações, que são anexos ao presente relatório, apresentadas pelo Movimento Cidadãos Por Lisboa e pelo MPT – Partido da Terra.

#### **V. CONCLUSÕES:**

A 1.ª sessão do Debate Temático “*Segurança e Qualidade de Vida Nocturna na Cidade de Lisboa*”, representou uma excelente oportunidade para a Assembleia Municipal de Lisboa auscultar os principais agentes da vida nocturna da cidade, que com os seus pontos de vista e ideias, contribuíram de forma positiva para a tentativa de se encontrarem soluções que, não pondo em crise os interesses, legítimos, de todos os intervenientes da vida nocturna da cidade, também acautelem o desejável, e porque não dizer-lo, obrigatório, bem-estar dos cidadãos que aqui residem ou daqueles que nos visitam.

Do debate ficou patente que existem problemas de segurança nocturna, sendo recorrente a reclamação sobre a falta de efectivos afectos ao patrulhamento de proximidade que é efectuado pela Polícia de Segurança Pública, em diversas zonas da cidade onde existe maior concentração de estabelecimentos de diversão nocturna.

Também no decorrer do debate, foram apresentadas queixas relativas ao ruído excessivo que advém de alguns estabelecimentos de diversão nocturna, a falta de limpeza urbana, bem como a venda de bebidas alcoólicas por vendedores ambulantes e em estabelecimentos não licenciados para tal, que em muito contribuem para o excessivo consumo de álcool por parte de jovens, e menos jovens, e que em muitos casos levam à prática de actos pouco cívicos que têm sido sinónimo de insegurança, vandalismo e focos de sujidade em determinadas zonas da cidade, como sejam o Bairro Alto, o Cais do Sodré, a zona de Santos e zona do Arco do Cego.

De igual forma foi feita referência à venda de droga, e de substâncias de aspecto similar (nomeadamente louro prensado), que são de igual forma potenciais focos de insegurança, para além de serem uma péssima imagem para o turismo da cidade de Lisboa.

Foi também referida a importância da instalação de sistemas de vídeo-vigilância em algumas zonas da cidade, medida que a Câmara Municipal de Lisboa se propõe implementar, com a colaboração da Polícia de Segurança Pública.

Resultou também desta sessão, que a Câmara Municipal de Lisboa deverá garantir o cumprimento dos regulamentos de horários e de ruído, através das necessárias fiscalizações, tornando-os dessa forma eficazes, mesmo que tenha de aplicar coimas aos cidadãos ou empresas incumpridores.

Ficou igualmente vincado, de forma clara, que sendo Lisboa uma cidade cada vez mais com vocação turística, tal facto não é impeditivo que seja uma cidade segura e que possa manter um bom nível da qualidade de vida dos seus residentes, desde que ocorra um melhor empenhamento no policiamento de proximidade por parte da Polícia de Segurança Pública, e se os diversos regulamentos existentes, nomeadamente os dos horários e do ruído, sejam fiscalizados de forma conveniente, com vista ao seu cumprimento.

## **VI. RECOMENDAÇÕES DOS RELATORES:**

Deste debate profícuo, os relatores decidiram ainda elaborar um conjunto de recomendações, as quais se apresentam em conjunto com as recomendações relativas à 2.ª sessão deste debate, bem como anexam a Recomendação n.º 7/11 (IND) – *“Pela Segurança e Qualidade de Vida nocturna na cidade de Lisboa”* (anexo 1) e a Recomendação n.º 7/14 (MPT – Partido da Terra) – *“Por mais Policiamento, Fiscalização e Limpeza dos espaços públicos de diversão Nocturna”* (anexo 2), para que sejam igualmente votadas pelo plenário da Assembleia Municipal.

O Presente Relatório foi aprovado por unanimidade.

Lisboa, 19 de Abril de 2018.

O Presidente da 8.ª Comissão,

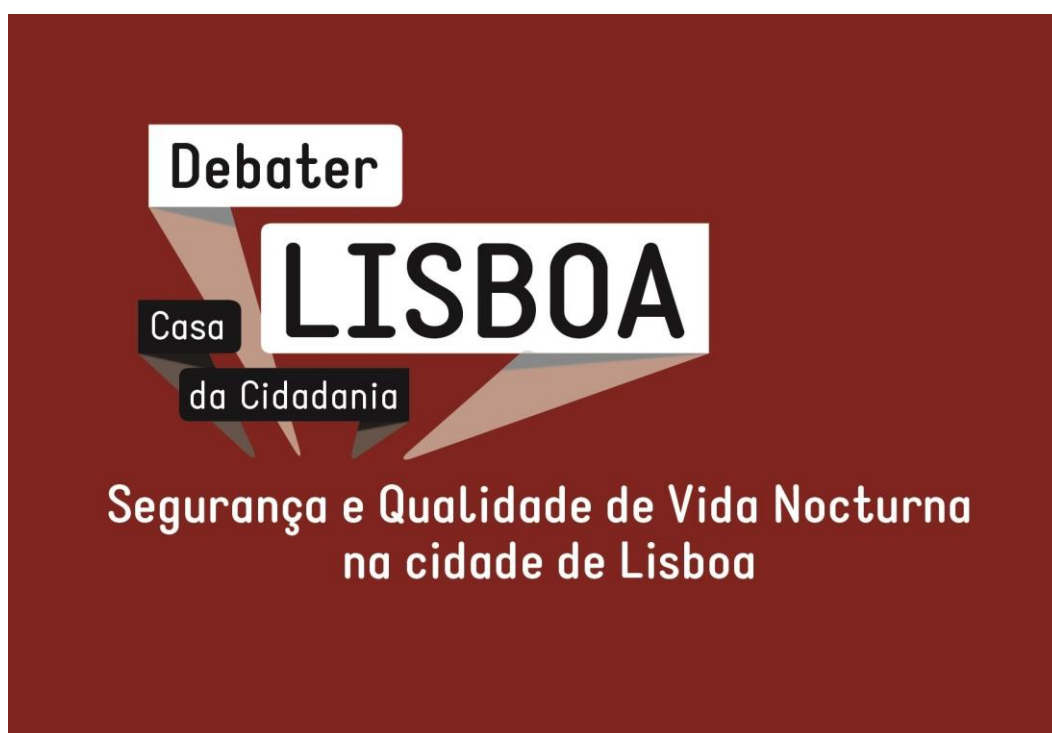
(António Prôa)

Os Deputados Relatores,

(Francisco Domingues e Maria Luísa Aldim)

**8ª COMISSÃO PERMANENTE  
DE TRANSPORTES, MOBILIDADE E SEGURANÇA**

**Debate Temático  
“Segurança e Qualidade de Vida Noturna  
na Cidade de Lisboa”**



**2ª Sessão – “O Ruído e Qualidade de Vida em Lisboa”**  
12 de Dezembro de 2017

**No dia 12 de dezembro de 2017, reuniu em Sessão Extraordinária** a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização da 2ª sessão do Debate Temático subordinado ao tema “Segurança e Qualidade de Vida Noturna na Cidade de Lisboa”, em cumprimento da Deliberação da AML sobre a Proposta 001/PSD/2017.

O debate foi moderado pelo Presidente da 8ª Comissão Permanente, DM António Proa, e foram dele reladoras as Deputadas Municipais Alexandra Mota torres (PS) e Isabel Pires (BE)

#### **I. ORADORES CONVIDADOS**

Participaram no debate na qualidade de oradores convidados:

- a) **Duarte Cordeiro**, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- b) **Júlio Fernandes**, Vice-Presidente da AHRESP
- c) **Raquel Raimundo**, Direção Regional da Ordem dos Psicólogos
- d) **Jordi Nofre**, Observatório de Lazer Noturno do ISCTE
- e) **João Rodrigues**, Presidente da Federação Académica de Lisboa
- f) **Carlos Silva Santos**, Professor Associado Convidado da ESNP (UNL)

#### **Intervenção dos oradores convidados**

- a) **Duarte Cordeiro**, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Cordeiro**, tomou a palavra indicando que faria uma intervenção focada na alteração que existiu na cidade de Lisboa no que diz respeito ao regulamento de horários e fazer um pouco um balanço da atividade desenvolvida pelo Município nesta matéria. Recordou que em novembro de 2016 entrou em vigor o novo regulamento de horários dos estabelecimentos de venda e prestação de serviços do concelho de Lisboa. Este criou um contexto em que se definiam os requisitos técnicos para os estabelecimentos poderem funcionar a partir de determinadas horas (ou seja, estabelecimentos que fiquem abertos após as 23h). Foi

definido o princípio de divisão da cidade em 2 zonas: numa zona residencial e uma zona não residencial. Foi reforçada a capacidade de intervenção das autoridades bem como foi introduzido um mecanismo que permite a aplicação de sanções imediatas no caso de determinado tipo de restrições para procurar condicionar o comportamento indevido da parte de alguns agentes económicos. Foi reforçado o mecanismo de intervenção das Juntas de Freguesias, que passam a poder solicitar diretamente restrições de horário. Informou que no último ano a Polícia Municipal realizou cerca de 6500 ações de fiscalização a estabelecimentos, das quais resultaram, só da parte da Polícia Municipal, 446 autos por estarem a laborar fora do horário, 61 autos por falta de requisitos e limitadores de som após as 23 horas. Por parte da PSP, foram efetuados 1061 autos, 506 por funcionamento fora do horário, 324 por falta de afixação dos mapas de horário e 195 por falta dos requisitos atrás referidos. Entraram na Câmara Municipal cerca de 262 pedidos de aprovação de limite de som, 156 já se encontram instalados, 64 encontram-se selados, portanto, existem cerca de 90 limitadores em estabelecimentos que se encontram instalados e estão em monitorização.

**b) Júlio Fernandes, Vice-Presidente da AHRESP**

De seguida tomou a palavra o senhor Júlio Fernandes, Vice-Presidente da AHRESP, tendo indicado que os temas em debate estão intimamente ligados, portanto quando se fala de ruído fala-se de segurança e, por isso, de qualidade. A cidade de Lisboa recebe, por ano, cerca de 30 milhões de turistas, e desses, cerca de 20% frequentam a noite. Por isso o entretenimento tem um papel fundamental na cidade. Apesar de já se ter chegado a medidas, já referidas, que eram muito necessárias, elas também têm consequências para os direitos dos trabalhadores, bem como para a manutenção dos próprios postos de trabalho. Por outro lado, referiu a importância da articulação com a PassMúsica, não só como cobrador de taxas, mas como parceiro. Refere a necessidade de olhar para estes estabelecimentos não apenas como potenciais perturbadores, mas como agentes dinamizadores da economia local. Sobre o ruído como fator de perturbação, muitos desses atos são praticados na via pública, local onde o empresário não pode, legalmente, intervir. Por isso, a falta de policiamento é, para os empresários, um dos fatores mais importantes para corrigir este tipo de situações, nomeadamente,

da violência noturna. Por outro lado, o regulamento de horários prevê a criação do Conselho de Acompanhamento da Vida Noturna, onde a AHRESP espera ter assento e que tem como missão acompanhar a execução do regulamento e das várias matérias conexas associadas à necessidade de compatibilização dos equilíbrios da cidade em função da vida noturna, embora considere que uma reunião por ano não é suficiente. Em conclusão, considera que é urgente destacar mais agentes da PSP e haver prevenção da Polícia de Intervenção. Deve também ser criado um grupo de trabalho para apresentar propostas à Câmara Municipal para um programa da noite segura.

**c) Raquel Raimundo, Direção Regional da Ordem dos Psicólogos**

Na intervenção seguinte, a doutora Raquel Raimundo, representante da Ordem dos Psicólogos, começou por dizer que os contextos recreativos desempenham um papel importante não só na vida da cidade como da vida dos jovens, centrando o seu contributo nos jovens, que são alguns dos principais frequentadores desses espaços noturnos também. Há uma ligação intrínseca entre as ruturas daquilo que se poderá considerar hábitos de vida saudáveis e depois uma associação a uma multiplicidade de fatores de risco; assim, há uma associação entre a frequência de espaços de vida noturna e comportamentos de risco (ligação sustentada em estudos empíricos). Estes comportamentos são: consumo de álcool e de drogas, comportamentos sexuais de risco, sejam eles devido a relações sexuais desprotegidas ou sob o efeito de substâncias, comportamentos rodoviários de risco, quer seja também por conduzir ao ser conduzido por alguém sob o efeito destas mesmas substâncias, ou ainda as situações de violência. O nível de participação e envolvimento dos jovens nestes contextos tem vindo a aumentar, bem como os contextos recreativos, as dinâmicas e os novos padrões de consumo, têm vindo a diversificar-se. Os consumos em contextos recreativos são caracterizados por uma representação social positiva e também uma perceção de risco muito baixa em relação à saúde. No entanto, não é a vida noturna só por si que conduz a comportamentos de risco é a gestão que é desadequada, quer do ponto de vista do próprio, quer do ponto de vista do grupo. Sendo uma questão de saúde pública é preciso intervenção de muitos intervenientes, sendo muito importante o papel das autarquias enquanto mediadores dos vários agentes envolvidos. Os psicólogos podem

dar um contributo ao nível da consultoria, baseado em evidência científica e empírica, ao nível da construção de políticas e medidas legislativas que visem minimizar os fatores de risco associados à vida noturna. O trabalho dos psicólogos ao nível da consultadoria pode ir mais longe ajudando no desenvolvimento de códigos de conduta e de boas práticas de vivência nesses espaços ou na ajuda à implementação de ações de prevenção (ao nível das escolas) e campanhas de sensibilização também dirigidas à comunidade. O objetivo destas campanhas serão ajudar os jovens ao nível das perceções de risco e das consequências que elas têm, bem como a promoção de competências, tanto dos jovens como dos pais. Finalmente o desenvolvimento de ações de formação que podem ser dirigidas a grupos de empresários, mas também a todos os trabalhadores que desenvolvem a sua atividade no contexto de atividades recreativas nocturnas.

**d) Jordi Nofre, Observatório de Lazer Noturno do ISCTE**

De seguida tomou a palavra Jordi Nofre, investigador do Observatório de Lazer Noturno do ISCTE, que indicou que ao longo dos últimos 4 anos, o trabalho científico desenvolvido pelo grupo LXNIGHTS, do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, tem privilegiado duas áreas de observação e recolha de informação: Bairro Alto e Cais do Sodré. Ao longo deste trabalho etnográfico e sociológico, verificaram a existência de alguns impactos negativos resultantes da expansão e mercantilização da economia do lazer noturno nestes bairros históricos. Estes impactos podem ser classificados em 6 categorias: 1. Consumos, práticas e comportamentos que comportam riscos ao nível da saúde pública e individual; 2. Problemas de convívio entre comerciantes, residentes e utilizadores de bairros de diversão noturna; 3. Problemas ambientais (como, por exemplo, o ruído), problemas de higiene e de salubridade (como o lixo e a urina) e problemas de mobilidade intraurbana e metropolitana; 4. Condições laborais precárias e formação profissional insuficiente e muitas vezes desadequada às funções; 5. Episódios de insegurança e violência (embora pontuais) no espaço público; 6. Processos de exclusão social no espaço público e em locais de diversão noturna. Sob a perspetiva do direito à cidade, a mercantilização da vida noturna e os resultados atuais da governança liminar da noite – isto é, a



implementação de medidas políticas por vezes erráticas e até contraditórias entre elas – tem desafiado o direito à cidade noturna, nomeadamente de alguns dos coletivos e atores sociais. Assim, o direito ao repouso, ao sossego e ao sono, os quais são uma emanção da consagração constitucional do direito à integridade física e moral da pessoa humana e a um ambiente de vida sadio, encontram-se hoje, no Bairro Alto, Príncipe Real, Santa Catarina, Bica, Cais do Sodré e Santos (entre outras áreas da cidade), fortemente postos em causa pela recente expansão de uma vida noturna mercantilizada e caracterizada pelos 6 pontos anteriormente expostos. Salienta a importância da economia do lazer noturno como estratégia central na regeneração urbana e revitalização socioeconómica de áreas anteriormente degradadas da cidade. Como foi verificado ao longo da nossa etnografia, a vida noturna lisboeta tornou-se também central na reconfiguração de como os turistas, visitantes e diferentes segmentos da população local "experimentam", hoje, a cidade. Sobre os impactos negativos anteriormente expostos resultantes da expansão e mercantilização da vida noturna em Lisboa, e em resposta ao título desta segunda sessão, chama à atenção em relação à tripla abordagem simultânea que o LXNIGHTS tem em relação ao problema do ruído: (1) Uma abordagem espacial e comportamental; (2) Uma segunda abordagem de mediação comunitária; (3) Uma terceira abordagem educacional. Esta 'tripla abordagem' prevê também um 'cenário tripartido' ao nível temporal (a curto, médio e longo prazo) para a implementação de novas medidas que visem melhorar as condições de habitabilidade em bairros históricos caracterizados pela presença de locais de diversão noturna. O LXNIGHTS propõe a criação da Lisbon Nightlife Commission, um órgão de natureza institucional mas com um funcionamento independente e formado por representantes de todos os sectores e grupos sociais envolvidos na vida noturna da cidade. Esta Lisbon Nightlife Commission permitiria dar uma melhor resposta aos atuais desafios que apresenta a governança da vida noturna de Lisboa. Esta Lisbon Nightlife Commission estaria acompanhada pela criação de Comissões Territoriais baseadas nas Juntas de Freguesia. Estas Comissões Territoriais teriam a capacidade de: (i) Controlar e fiscalizar o cumprimento dos diferentes regulamentos associados ao funcionamento de locais de diversão noturna; (ii)

Gerir situações de conflito entre diferentes atores sociais da noite; (iii) Propor mudanças aos diferentes regulamentos para uma melhor e eficaz governança da noite.

e) **João Rodrigues**, Presidente da Federação Académica de Lisboa

De seguida interveio o presidente da Federação Académica de Lisboa, João Rodrigues. Indicou que é preciso uma perspetiva de fora da lógica que os estudantes têm comportamentos somente desviantes, mas também é importante perceber que não é a condição de estudante que coloca o prisma nas condições de desvio, mas sim nas condições socioeconómicas. A escola não substitui o papel da família e numa cidade que tem 130 mil estudantes este tipo de iniciativas faz aproximar os estudantes da sua cidade. Lisboa não é uma cidade insegura, mas que tem, como outras, problemas de organização. Nesse sentido, pode falar-se da dicotomia entre querer uma política sonora ambiental que seja uma política sonora responsável que venha dar dinamização à cidade, mas que, por outro lado, não contribui para uma perturbação de vivência comunitária e habitacional. Considera que há falta de policiamento, mas que deve ser mais de prevenção (dos comportamentos de riscos já identificados) do que intervenção. Em matéria de segurança, é um tema relevante, mas que cabe, em muito, à parte judicial pugnar pelo cumprimento da legislação existente. Por outro lado, há que perceber que a organização territorial tem influência em determinados fenómenos que acontecem.

f) **Carlos Silva Santos**, Professor Associado Convidado da ENSP (UNL)

Para a última intervenção dos oradores convidados, tomou a palavra o Doutor Carlos Silva Santos, Professor Associado Convidado da ENSP/UNL, que centrou a sua intervenção na questão do ruído e na qualidade de vida da cidade. O ruído constitui um dos fatores poluentes da cidade com maior prevalência, maior distribuição e maior impacto na saúde humana dos lisboetas. A carga de ruído existente é produzida pelo trânsito rodoviário e ferroviário, mas também por atividades comerciais e industriais como a construção ou reparação. Outras atividades ruidosas menos generalizadas

ligadas ao divertimento e atividades festivas ao entardecer e durante a noite. São estas as mais gravosas quando localizadas em zonas mistas ou zonas de habitação. Um último grande grupo de problemas de ruído está relacionado com as habitações e é da responsabilidade dos moradores ou de atividades comerciais ou industriais dentro dos prédios, contemplado na Lei como ruído de vizinhança. As alterações mais comuns provocadas pelo ruído ambiente são os distúrbios extrínsecos do sono, com baixa qualidade do sono e consequências na redução da performance pessoal e profissional. A insónia e os sonos de pequena duração são exemplos das queixas mais frequentes. O segundo grupo de efeitos negativos relacionados com o ruído ambiental são os riscos cardiovasculares. O aumento da pressão arterial sistólica e diastólica bem como da frequência cardíaca e da vasoconstrição periférica são observáveis para um ruído superior a 60 dB(A). As lesões mais graves como enfartes do miocárdio resultam de longas e continuadas exposições. O terceiro grupo de consequências está relacionado com o sofrimento mental. Não está provado que o ruído provoque doenças mentais, no entanto desencadeia ou agrava situações predisponentes. A irritabilidade, a ansiedade e o stresse acrescido bem como o desencadear de depressão fazem parte do quadro habitual. Colocou questões sobre a aplicação da Lei do Ruído, Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de janeiro, nomeadamente sobre se esta aplicação respeita o direito ao descanso de moradores, bem como o respeito pelos direitos dos trabalhadores nestes locais. A limitação de horário em zonas urbanas sensíveis e nas zonas mistas tem de ser mais rigorosa e absoluta e os estabelecimentos noturnos (depois das 23 horas) só devem ser permitidos em zonas não habitacionais.

## II. ENTIDADES E PERSONALIDADES CONVIDADAS

Tomou a palavra a senhora **Vigília da Ascensão Lopes**, da **Associação “A Voz do Bairro”**, associação que abrange moradores do Bairro Alto, Bica, Cais do Sodré e Santa Catarina. Nestas zonas, as principais queixas têm que ver com o ruído, até porque estão numa fase de adaptação ao crescimento exponencial do turismo, que trouxe consigo novos desafios e necessidade de novas regulamentações sobre turismo, alojamento local e locais de diversão noturna.

Quanto às soluções, apontam como prioridade o maior policiamento, videovigilância, fiscalização na medicação de decibéis, numa atitude mais proativa do que até hoje se tem tido.

De seguida, interveio o senhor **Manuel Morais, representante da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia**. Começou por indicar que a polícia de proximidade deve ser o horizonte para o qual se trabalha, porque é a que melhor serve os cidadãos e cidadãs. Neste momento, a política portuguesa é mais reativa do que preventiva, fruto de várias alterações e prioridades que foram sendo instituídas. Sobre a videovigilância, ela apenas será eficaz se tiver os elementos necessários para o seu acompanhamento e monitorização, caso contrário não terá efeitos práticos. Considera que os parâmetros de qualidade da política estão, hoje, muito virados para o quantitativo e deveria haver uma opção de alterar para parâmetros mais qualitativos.

A intervenção seguinte coube ao senhor **Luís Alves de Sousa, da Associação dos Hotéis de Portugal**. Indica que a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações é uma tarefa fundamental do Estado. Ora, Lisboa é uma cidade onde o impacto que o ruído tem nas populações não tem sido devidamente valorizado, seja o ruído diurno ou noturno provocado por um número crescente de atividades de diversão, mas também o ruído provocado por aviões, trânsito, equipamentos mecânicos de recolha de lixo, jardinagem, entrega de mercadorias, entre outros. Sobre o ruído provocado pelas atividades de diversão noturna, a lei já refere o que é permitido e o que não é; o que se verifica é que a lei não está a ser cumprida. Os locais onde há uma maior concentração turística como Bairro Alto, São Pedro de Alcântara, Camões, Cais do Sodré, São Paulo, Bica, entre outros, têm assistido a um crescimento deste problema, mas também já novas zonas como Intendente, Almirante Reis, Arco do Cego, Alvalade, Estrela ou Campolide estão a sofrer este processo com o crescimento de Alojamento Local. Também há ainda um problema associado a uma cultura de ruído permanente em todos os espaços que utilizamos. Assim, a prevenção e controlo da poluição sonora deve ser uma prioridade da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia fazendo cumprir a legislação.

De seguida interveio a senhora **Ana Paula Várzea, dos “Moradores de Santos”**. Fez a descrição do que se passa diariamente na zona do Largo de Santos, com muito ruído provocado por bastantes jovens que se juntam para consumir bebidas alcoólicas desde a tarde até à noite. Esta situação provoca mau estar para quem mora neste local que impede, inclusivamente, os moradores de poderem usufruir da sua habitação normalmente, já que, por exemplo, abrir as janelas é um problema por causa do ruído excessivo. Deveria existir mais policiamento de proximidade, bem como maior fiscalização. Quanto à questão do isolamento das casas, é importante mas nem todas pessoas o conseguem alcançar.

A intervenção seguinte coube a **Isabel Sá da Bandeira da Associação de Moradores ‘Aqui Mora Gente’**, que começou por salientar que muitos dos problemas estão relacionados com o consumo de álcool na rua e que, à semelhança de outras cidades europeias, se se proibisse o consumo na via pública muitos dos problemas desapareceriam. Chamou ainda à atenção a Câmara Municipal para as licenças de ruído que são emitidas para determinados eventos, que perturbam os moradores, bem como para a necessidade de maior policiamento e implementação de videovigilância. Outro aspeto fundamental que destacou foi da necessidade de uma grande sensibilização das pessoas para os seus comportamentos.

O debate continuou com a intervenção do **José Manuel Esteves da AHRESP**, que destacou a importância do turismo para a vida e economia da cidade, lembrando os vários prémios e distinções que a cidade tem ganho. Em sua opinião, é urgente promover um debate tranquilo e sem fundamentalismos, criando um grupo de trabalho que acompanhe as mais diversas problemáticas deste problema. Ninguém é dono da verdade, e há, claramente, várias opiniões, algumas muito distantes, muitas delas num discurso pedagógico, mas lembrou que não podemos fechar a cidade. Manifestou-se, ainda, satisfeito por a autarquia estar envolvida e comprometida com este tema e com este debate.

### III. PÚBLICO

Interveio de seguida o **Munícipe Fernando Pereira** que se apresentou como Presidente da “**Associação Cais Sodré**” e dono de dois estabelecimentos na zona. Manifestou-se preocupado com a falta de segurança naquela área, relatando que vários funcionários seus já foram assaltados no local, bem como de trabalhadores de outros estabelecimentos. A Associação que representa, para tentar combater este problema, paga policiamento gratificado. Não podemos querer ser uma cidade de turismo com vários prémios e achar que quem nos visita vem apenas para ver alguns dos monumentos históricos, como a Torre de Belém ou o Mosteiro dos Jerónimos. Pediu uma política clara para a cidade, a 5 ou 10 anos que todos conheçam e um reforço do policiamento de proximidade, bem como a colocação de videovigilância.

Tomou a palavra o **Munícipe Pedro Vieira** que começou por ressaltar a importância do turismo para o país. Na sua opinião, muitas questões levantadas no debate não são problemas da noite, mas sim de ordem social, nomeadamente a falta de civismo. Para os problemas da noite, na sua opinião, é preciso um trabalho conjunto entre todos os agentes, empresários, segurança privada e segurança pública, bem como um debate sem estigmas, sem soluções avulsas. Afirmou ainda que os problemas não se resolvem fechando determinados estabelecimentos ou encurtar os horários.

Em seguida a Munícipe **Raquel Paisana** afirmou que, na sua opinião, os estabelecimentos noturnos são um chamariz para o consumo excessivo de álcool e que muitas vezes depois do encerramento dos mesmos os consumidores permanecem lá. Lembrou que a construção em muitas zonas da cidade não é suficientemente insonorizada, pelo que o ruído por toda a noite impede o sono. Questionou o porquê de não haver um regulamento municipal que proíba o consumo de álcool na via pública, e se o dinheiro do turismo terá primazia sobre a saúde das pessoas, que precisam de dormir.

A intervenção seguinte foi a do Município **Paulo Antunes** que começou por afirmar que muitos dos problemas são devidos à falta de educação das pessoas. Outro lado do problema é a falta de meios da polícia. Considerou ainda que o encerramento do Urban Beach não resolve o problema e era melhor se as entidades atuassem logo que há queixas, em vez de deixarem arrastar o problema.

Continuou o debate com a intervenção do Município **Luís Paisana** que lembrou que ninguém está contra a diversão noturna, mas que é preciso resolver os problemas, nomeadamente os de ruído e segurança. Estes problemas também têm contribuído para afastar as pessoas do centro histórico e descaracterizar a cidade. Sugeriu que as licenças de alojamento local possam ser retiradas quando existem queixas. Referiu ainda que o regulamento de horários foi um bom avanço, mas não tem havido a necessária e eficaz fiscalização. Por fim, salientou que temos evoluído de forma muito lenta e que são necessárias medidas urgentes para criar um equilíbrio, enquanto ainda há moradores nestas zonas da cidade.

Interveio de seguida o Município **João Martins** que recordou um projeto BIP/ZIP para o território do Cais Sodré em que participaram várias entidades como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, bem como agentes locais, tendo sido um importante fórum para resolver muitos dos problemas. Lembrou ainda que o Cais Sodré apesar de ter perdido população ao longo do tempo, mas tem, também, vindo a sofrer uma alteração de classes, havendo hoje zonas residenciais mais caras. À semelhança do Cais Sodré outros territórios também se têm vindo a alterar. Por fim, lembrou que temos de tomar decisões, fazer escolhas e pensar de que forma podemos tornar a noite mais segura e com mais qualidade.

Por fim, a última intervenção coube ao Município **Vítor Campos** que é de opinião que a atual lei do álcool é ineficaz e não impede nem limita o consumo. Propôs,

por um lado, que o consumo na via pública, a partir de determinada hora seja proibido e, ainda, que seja proibida a entrada a menores de idade em estabelecimentos que vendam álcool, considerando ser a única forma de gerir o consumo por menores. Outra questão importante é a quantidade de copos de plástico que se acumula na rua. Terminou apelando ao consenso e à coragem para resolver os problemas.

#### **IV. GRUPOS MUNICIPAIS e DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES**

Após as intervenções do público, foi dada a palavra aos grupos municipais e Deputados independentes,

Iniciou este período a **Deputada Municipal Joana Alegre (IND)**. Lembrou que, associado ao aumento do turismo da cidade, está o crescimento de uma pequena criminalidade e de outros fatores de insegurança, pelo que recomendou que a Câmara faça um relatório com o levantamento das ocorrências registadas na polícia e vejam as necessidades de melhoria no espaço público, colmatando alguns dos problemas que daí advenham, nomeadamente em matéria de iluminação e ainda que se reforce o policiamento de proximidade e acompanhe o licenciamento de atividades identificadas como permeáveis a esquemas fraudulentos.

Prosseguiu a **Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** lembrando que nem sempre é fácil conciliar o direito ao descanso e ao bem-estar das populações e a dinamização das atividades noturnas em determinadas zonas da cidade, mas a noite de quem sai para se divertir não tem que ser inimiga da noite de quem precisa de descansar. No entanto, salientou que em muitos locais o ruído vai para além do aceitável, além dos problemas associados como o lixo, a falta de higiene e o consumo de álcool sem controlo. Considerou que é fundamental promover campanhas de sensibilização tanto junto da população como dos estabelecimentos comerciais e que em matéria de segurança, ruído e qualidade de vida noturna a Câmara Municipal deveria ter uma atitude mais preventiva. Por fim, propôs que haja um reforço do policiamento de proximidade e dos meios e condições das forças de segurança.



De seguida, a **Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** recordou que o ruído é um problema de saúde pública e que prejudica a qualidade de vida das populações. Afirmou que existe uma política de permissividade e tolerância com os infratores, que contribuí, e muito, para a situação. Enquanto representante do PCP, manifestou que o seu partido nada tem contra os estabelecimentos noturnos, que criam postos de trabalho e fazem crescer a economia, no entanto exige-se que a Câmara Municipal resolva os problemas e faça cumprir a legislação. Considerou que não são as câmaras de videovigilância que irão resolver os problemas. Por fim, afirmou que é necessário a Câmara Municipal exercer as suas competências, dialogue com o governo no sentido de melhor os meios e condições de trabalho das forças de segurança e, ainda, que retome a limpeza efetiva de toda a cidade.

O debate continuou com a intervenção do **Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** que começou por salientar que o turismo e a resultante expansão da vida noturna lisboeta, contribuiu para o deteriorar diário das condições ambientais relativas à habitabilidade dos bairros históricos do centro da cidade. Destacou que o ruído é um problema claro nestes locais e mais do que aquele que é produzido pelos estabelecimentos noturnos há ainda todo aquele que é produzido pelo aglomerado de pessoas nas ruas e muitas vezes sob o efeito de álcool. Este último, é um ruído não regulamentável. Por outro lado, lembrou, também, do problema do lixo que nestes locais se acumula, bem como dos problemas associados ao consumo de “substâncias de abuso”. Afirmou, ainda, que estamos numa situação em que a limpeza, a fiscalização pelas entidades competentes e o policiamento preventivo carecem de reforço.

Usou da palavra o **Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** começando por lembrar que este dinamismo resultante, sobretudo, do turismo só é sustentável se os efeitos da vida noturna não prejudicarem eles próprios a qualidade de vida da cidade. Lembrou que a Assembleia Municipal já aprovou uma recomendação dos Deputados Independentes para eliminar a utilização de copos de plástico descartáveis, que permitiria reduzir um dos problemas da vida noturna da cidade. No que diz

respeito ao ruído, afirmou que é necessário um reforço da fiscalização, quer para a produção de ruído, quer aos horários dos estabelecimentos.

Interveio de seguida a **Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** assinalando o facto de Lisboa ser uma cidade reconhecida como segura para quem nela reside e para quem a visita, distinguindo a importância do reforço do policiamento de proximidade, do alargamento das câmaras de videovigilância existentes no Bairro Alto a todas as áreas da cidade com dinâmicas de vida noturna como via para assegurar a continuidade da segurança das populações. Afirmou ainda a importância da limitação do ruído e do acesso a estabelecimentos de diversão noturna, reforçando a importância da fiscalização ao cumprimento desta normativa, como via para reduzir o incumprimento ainda pontualmente verificado. Face ao identificado aumento do consumo de substâncias ilícitas, destacou a necessidade de reduzir as condições que propiciam a aglomeração de pessoas no espaço público, em período noturno. Por último, ressaltou a motivação e a dedicação do Partido Socialista para tornar Lisboa num dos locais mais emblemáticos da cultura e do turismo a nível mundial, melhorando em simultâneo a qualidade de vida dos munícipes.

Por sua vez, o **Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** lembrou que não há apenas um único problema que vá ser resolvido com apenas uma única solução. Acresce ainda que muitos dos problemas são resultado de comportamentos inadequados, aos quais acresce o consumo de álcool. Importa não só assegurar um reforço do policiamento de proximidade, mas também o controlo e fiscalização dos estabelecimentos. A terminar, deixou duas reflexões: a primeira quanto à necessidade de um envolvimento cívico e comunitário que assente, também, na formação das várias gerações; a segunda, pela necessidade de regulamentar um conjunto de matérias, que capacite a Câmara e as Juntas para a fiscalização da ocupação indevida do espaço público.

Continuou o debate com a intervenção do **Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** constatando que a diversão noturna constitui já uma área vital para a economia da cidade que não se pode negligenciar. Salientou que em matéria de ruído temos de considerar várias áreas, nomeadamente o direito de reunião, o direito ao descanso, bem como o direito à saúde. Por outro lado, afirmou que não podemos atribuir as culpas do problema, de forma generalizada, aos comerciantes e empresários, sendo que, na sua opinião, grande parte do problema advém da gestão do espaço urbano que, obviamente, é uma matéria difícil de legislar e que passa, também, pelas regras básicas de civismo e comportamentais. Acrescem ainda as situações de pequenos delitos, tráfico de droga, violência e de salubridade. Reiterou a necessidade do Parlamento rever a legislação sobre ruído, sobre o consumo de álcool na via pública, sobre a moldura penal sobre o pretense tráfico de droga, que é uma realidade em Lisboa e muito pouco abordada e, também, sobre a legislação relativa ao licenciamento zero.

Por fim, o **Deputado Municipal Rui Costa (BE)** usou da palavra manifestando-se perplexo com as intervenções, nomeadamente com os discursos centrados na proibição, policiamento e videovigilância, como se quem sai à noite ou os donos dos estabelecimentos pudessem ser rotulados. Reconhecendo o problema do ruído, afirmou que o mesmo tem de ser tratado de forma integrada e que em 2015, quando a Assembleia Municipal aprovou o plano de ação do ruído não estavam contempladas estas problemáticas, agora em debate. Manifestou ainda a necessidade de termos um verdadeiro plano de prevenção do ruído, e que ele se reflita na reabilitação do casco histórico, que permita uma melhor adequação dos estabelecimentos noturnos. No entanto, há ainda o problema do que se passa na rua, mas acredita que a solução não passa por mais polícia.

## **V. OPINIÃO DAS RELATORAS**

### **Deputada Municipal Alexandra Mota Torres (PS)**

O Debate Temático sobre “Segurança e Qualidade de Vida Noturna na cidade de Lisboa”, proposto pelo Grupo Municipal do PSD, representou uma oportunidade para a cidade e para esta Assembleia Municipal, em particular, debaterem um tema de actualidade para Lisboa e se reveste de grande importância para os diversos intervenientes e entidades.

Ao longo dos últimos anos, Lisboa tem sofrido várias alterações, fruto das dinâmicas próprias de cidade, das alterações na economia resultantes dos diversos ciclos que atravessámos, do grande aumento do turismo e ainda de uma nova política para o espaço público.

Também a vida noturna acompanhou esta dinâmica e houve, nos últimos anos, uma concentração de estabelecimentos de animação noturna nas zonas de Santos e Cais de Sodré, às quais se junta o Bairro Alto, que sempre foi um dos principais locais da cidade para este tipo de atividade.

A acumulação de pessoas nestes locais, acompanhado pelo consumo abusivo de álcool, resulta muitas vezes em comportamentos pouco cívicos, desadequados e alguns sujeitos a por em risco terceiros, a que não raras vezes está associado também o consumo ilícito de produtos estupefacientes.

A Câmara Municipal de Lisboa não se tem alheado desta realidade e reconhece a necessidade de intervir neste tema, por forma a controlar os efeitos negativos destas atividades, bem como para assegurar a qualidade de vida e o bem-estar na cidade.

Assim, já em 2016 a Câmara aprovou um novo regulamento de horários que definiu as regras para os estabelecimentos funcionarem a partir das 23 horas, aumentou a capacidade de intervenção das autoridades e introduziu mecanismos que permitem a aplicação de sanções imediatas.

Também no passado, em colaboração com o Ministério da Administração Interna, foram instaladas câmara de videovigilância no Bairro Alto, que permitiu não só diminuir a criminalidade, como também ser um elemento de prevenção e dissuasão, até porque é

nosso entendimento que a prevenção deve ser privilegiada sobre métodos proibicionistas ou de repressão.

Apesar das várias ações e iniciativas já tomadas, é preciso continuar a agir e não podemos considerar que este é um não problema. No entanto, não podemos aceitar a narrativa de que Lisboa é uma cidade insegura e sem qualidade de vida. A realidade diz-nos o contrário e isso é reconhecido, tanto por quem aqui vive, como quem nos visita.

Importa agora, de futuro, que sejamos capazes de manter Lisboa como um dos locais mais simbólicos da cultura e do turismo a nível internacional, melhorando em simultâneo a qualidade de vida dos munícipes.

Para tal, é essencial um reforço do policiamento de proximidade e o alargamento da rede de câmaras de videovigilância, como as que existem no Bairro Alto.

É igualmente necessário um reforço da fiscalização, para garantir que os normativos municipais, nomeadamente o regulamento de ruído, têm eficácia prática e que representam, efetivamente, uma melhoria para a vida na cidade.

O negócio dos estabelecimentos tem que estar adaptado à sua dimensão, e não podemos continuar a tolerar que se use abusivamente o espaço público, sendo absolutamente essencial recuperar o controlo do espaço público. Parece também ser de revogar a iniciativa “Licenciamento Zero” aprovada pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, no que concerne à restauração, devendo ser as autarquias a licenciar esses estabelecimentos, pois esse é um importante mecanismo de controlo do espaço público.

O diálogo com todos os envolvidos - moradores, autarcas, empresários, autoridades policiais, associações profissionais – e o real cumprimento de dispositivos legais já implementados e a tomada de reforçadas medidas e decisões políticas e técnicas por parte da CML podem, nesta matéria, vir a proporcionar a concretização de um desafio essencial que é conseguir que a nossa cidade seja um dos locais mais emblemáticos de cultura e turismo do mundo, não descurando e melhorando a qualidade de vida de quem aqui habita e vive.

### **Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**

O Grupo Municipal do PSD em Lisboa decidiu, e bem, propor um debate temático ligado à temática da segurança noturna, ruído e qualidade de vida. É um tema importante, tanto mais que o grande fluxo de turismo da cidade de Lisboa também afeta a vida noturna e a diversão. No entanto, os termos deste tipo de debate são sempre muito complicados e, não tendo os cuidados necessários, resvalam facilmente para propostas proibicionistas, de policiamento e sem pensar nas razões e nas soluções integradas que podem e devem existir.

Quando falamos de diversão noturna, falamos de ruído, de espaços de diversão, da venda e consumo de bebidas alcoólicas, de dinâmicas que ajudam a perceber o próprio funcionamento da cidade. Ora, no caso da cidade de Lisboa, pode-se dizer que a vida noturna acompanhou muito do que são as dinâmicas do turismo na cidade, existindo hoje concentrações de muitas centenas de pessoas num mesmo local (ou numa área mais ou menos restrita), mas espalhada por vários locais da cidade.

Isto implica que se comece a pensar o próprio ordenamento da cidade como um todo, incluindo neste processo as dinâmicas de diversão e vida noturna. Pois, como é reconhecido por todos e todas, é necessário um equilíbrio saudável entre quem mora na cidade, quem cá trabalha e quem vem visitar, mas, além disso, é preciso um equilíbrio entre quem tem direito ao descanso e quem pretende divertir-se.

Por isso, propostas ou discursos puramente restritivos e punitivos não ajudam, do nosso ponto de vista, a chegar às melhores soluções possíveis. O exercício que fizemos na Assembleia Municipal de Lisboa com este debate temático foi importante na medida em que colocou os vários atores em diálogo: agentes da autoridade, donos de estabelecimentos de diversão noturna, grupos e associações de moradores, académicos, deputados municipais e executivo camarário.

Assim, consideramos importante olhar para este debate e visitar o regulamento de horários, aprovado em 2015, que, na altura, mereceu a crítica do Bloco de Esquerda pois muitas das problemáticas evidenciadas neste debate não estavam pensadas. Desta forma, consideramos que é importante que deste debate saiam propostas concretas da Assembleia Municipal de Lisboa, nomeadamente na necessária revisão do regulamento

de horários e ruído. Numa perspetiva que não crie mais guetos dentro da própria cidade, nem que reflita as desigualdades que já hoje, por via da especulação imobiliária, criaram muitas desigualdades no acesso a determinados espaços da cidade.

Torna-se necessário rever os mecanismos legais existentes, bem como pensar além de medidas puramente de vigilância perante os comportamentos e consumos. Os caminhos apontados por alguns intervenientes, como a sensibilização e alteração de algumas regras do regulamento de ruído podem ser importantes para o trabalho futuro.

## **VI. CONCLUSÕES**

O Debate Temático “Segurança e Qualidade de Vida Noturna na Cidade de Lisboa”, nomeadamente a sua 2ª sessão – “O Ruído e Qualidade de Vida em Lisboa”, representou uma excelente oportunidade para esta Assembleia auscultar a cidade e os seus agentes, com vista a encontrar as melhores soluções que possam ir ao encontro das necessidades das pessoas, tanto aquelas que aqui vivem como daquelas que nos visitam e dos agentes económicos, entidades e comerciantes, permitindo que a cidade se continue a desenvolver e a despertar o interessente de milhões de pessoas anualmente.

Ficou patente que continuam a existir problemas sobretudo nas zonas de concentração de estabelecimentos de diversão noturna, como o Bairro Alto, o Cais do Sodré e Santos. Se, por um lado, os moradores se queixam sobretudo do ruído e da limpeza urbana, por outro, os comerciantes e empresários queixam-se da falta de segurança.

Em ambos os vetores, a Câmara Municipal de Lisboa tem estado alerta, tendo já, no passado recente, dado respostas importantes, nomeadamente através da criação de um Regulamento de horários ou da instalação de câmaras de videovigilância.

Importa agora, no que respeita ao regulamento, garantir a sua eficácia, nomeadamente através de meios de fiscalização e aplicação de coimas a quem infringir as regras. No que respeita à segurança, depois da experiência positiva do Bairro Alto, são vários os moradores, comerciantes e empresários que pedem o alargamento desta medida a outras zonas, permitindo sobretudo servir como meio dissuasor. É claro que a instalação

de videovigilância não substituiu o policiamento de proximidade que deve ser, em regra, o meio preferencial de prevenção.

Foi também demonstrado neste debate que a vida noturna pode ser um ponto de atração de Lisboa, e que isso não é incompatível com a qualidade de vida dos seus habitantes, desde que existam regras e as mesmas sejam cumpridas. Foi unânime que muitos destes comportamentos se devem, essencialmente, ao excesso de consumo de álcool e ainda ao consumo de drogas, que provocam comportamentos de falta de civismo, pelo que estas devem ser duas das áreas a trabalhar nas próximas iniciativas municipais que visem minimizar os efeitos negativos da vida noturna.

Deste debate profícuo, as relatoras decidiram ainda elaborar um conjunto de recomendações, as quais se apresentam em conjunto com as recomendações relativas à 1ª sessão deste debate, bem como anexam a Recomendação n.º 7/11 (IND) – “Pela Segurança e Qualidade de Vida nocturna na cidade de Lisboa” (anexo 1) e a Recomendação n.º 7/14 (MPT)– “Por mais Policiamento, Fiscalização e Limpeza dos espaços públicos de diversão Nocturna” (anexo 2), para que sejam igualmente votadas pelo plenário da Assembleia Municipal.

O presente Relatório foi aprovado por unanimidade.

Lisboa, 19 de Abril de 2018

O Presidente da 8ª Comissão

As Deputadas Reladoras

(António Prôa)

(Alexandra Mota Torres) e (Isabel Pires)